

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

**UM ESTUDO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA AMÉRICA  
LATINA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO PERÍODO DE  
1980/1998**

---

**Jucelino Pereira Luna**

**Campina Grande, Abril de 2000.**

---

**UM ESTUDO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA AMÉRICA  
LATINA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO PERÍODO DE  
1980/1998**

**Dissertação apresentada ao Mestrado de Economia da  
UFPB (Campus II), como requisito para obtenção do  
grau de mestre em economia.**

**Universidade Federal da Paraíba (Campus II)  
Campina Grande, Abril de 2000.**



L961e

Luna, Jucelino Pereira.

Um estudo da exclusão social na América Latina no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo no período de 1980/1998 / Jucelino Pereira Luna. - Campina Grande : 2000.

113 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.

"Orientação : Prof. Dr. José Bezerra de Araújo".

Referências.

1. Exclusão Social - Economia. 2. Exclusão Social - América Latina. 3. Capitalismo Contemporâneo. 4. Dissertação - Economia. I. Araújo, José Bezerra de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 33:316.34(043)

Universidade Federal da Paraíba  
Campus II - Centro de Humanidades  
Mestrado em Economia

**UM ESTUDO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA NO  
CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO NO PERÍODO DE 1980/1998**

Elaborada por

Jucelino Pereira Luna

Comissão Examinadora:

---

Prof. Dr. José Bezerra de Araújo  
(Examinador/Orientador)

---

Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira  
(Examinador)

---

Prof. Dr. Nelson Oliveira Santos  
(Examinador)

Campina Grande, Abril de 2000.

*“O valor do trabalho do pesquisador traduz, portanto a combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. Ciência é construída por aqueles que são capazes de ultrapassar certos limites que hoje são definidos pelo mundo universitário.” (Celso Furtado)*

## **"CHICO BRITO"**

**Lá vem o Chico Brito  
Descendo o morro nas mãos do Peçanha  
É mais um processo  
É mais uma façanha  
Chico Brito, fez do baralho seu melhor esporte  
É valente no morro  
Dizem que fuma uma erva do Norte  
Quando menino esteve na escola  
Era aplicado, tinha religião  
Quando jogava bola  
Era escolhido para capitão  
Mas a vida tem seus reveses  
Diz sempre, Chico, defendendo teses  
Se o homem nasceu bom e não se conservou  
A culpa é da sociedade que o transformou**

**(De autoria de Wilson Batista e Afonso Teixeira in o  
Talento de Paulinho da Viola. EMI: ODEON, 1985).**

## AGRADECIMENTOS

Principalmente, no âmbito desta pesquisa, os agradecimentos tornam-se uma tarefa excludente. Neste momento se esvai do meu pensamento todas as pessoas que contribuíram para a confecção desta pesquisa, por isso me adianto e peço-lhes desculpas a todos aqueles aqui não referenciados.

Na primeira linha quero agradecer ao professor *José Bezerra de Araújo* por diversas razões: a primeira delas por ter conduzido a minha orientação com bastante serenidade e tolerância nos momentos oportunos; a segunda pelo fato de saber transmitir sua experiência e tranquilidade nos momentos de maiores turbulências dentre outras razões que escapam da minha memória neste instante.

À todos os professores do Departamento de Economia e Finanças e, em particular a Professora *Alunilda* grande mestre responsável em boa medida pela minha formação acadêmica e, ao professor *Olívio Alberto Teixeira* grande incentivador e amigo nos momentos de angústias, sempre disposto a ajudar aqueles interessados pelo conhecimento científico.

À Coordenação do Mestrado em Economia Rural e Sociologia Rural e, especialmente aos funcionários, *Joanice, Everado, Neuma, Joaozinho, Rinaldo e Verinha*, pela tolerância e amizade expresso aqui a minha gratidão.

À *CAPES* que financiou a pesquisa também expresso a minha gratidão.

Não poderia esquecer dos diversos amigos que construímos ao longo do Mestrado, especialmente *Fábio Guedes* amigo de infância e grande incentivador das minhas convicções políticas com quem compartilhei muitas vezes os avanços e limitações desta pesquisa.

Ao *Ricardo Libardoni*, gaúcho de fortes convicções políticas com quem temos uma forte identidade. Devo também agradecer aos grandes amigos *João*

*Diógenes e Eurípedes* pela transmissão de paz e serenidade em todos os momentos.

À todos os colegas do Mestrado com quem compartilhei os espaços e a discussão em sala de aula: *Antonia, Cinara, João Rogério, Lúcia Queiroz, Marilusa e Milza*, devo-lhes os meus agradecimentos.

À *Andrea Braz*, pelas preciosas sugestões na forma de exposição do texto, contribuindo significativamente na qualidade da exposição.

Aos demais amigos e companheiros do Mestrado em Economia e Sociologia e, também de ambas graduações.

Finalmente, a minha família, especialmente ao meu pai *Israel Luna* e minha mãe *D.Lindalva*, minha guardiã espiritual, ambas pessoas de fortes convicções. Dos quais herdei a determinação, perseverança na construção do meu futuro. A eles se eternizam na imprevisibilidade da vida os meus agradecimentos.

É impossível agradecer a todos que contribuíram para a realização deste feito. Nesse sentido, isento-os dos erros, responsabilidades e limitações inerentes a um trabalho dessa natureza, permeado de ousadia. Sinceramente, agradeço a todos que contribuíram de forma direta e indiretamente na construção desta pesquisa, que para muitos pode se converter numa utopia. Afinal, ainda existe lugar para a utopia e sonharmos com um futuro menos excludente.



## RESUMO

O trabalho discute a temática da exclusão social na América Latina nos tempos recentes, a partir de três dimensões principais: a) do ponto de vista do mercado consumidor (renda); b) do ponto de vista do mercado de trabalho (relações sociais de trabalho) e, c) do ponto de vista da qualidade de vida (indicadores sociais). A grande amplitude do período analisado (1980-1998) justifica-se pela necessidade de estudar a origem e os desdobramentos das transformações do capitalismo atual e seus impactos no território latino-americano no período analisado. A análise prioriza os anos de 1990 a 1998, devido ao fato de que os processos de globalização e integração regional ganhou uma maior projeção neste período, aprofundando os níveis de exclusão social na América Latina. Foram analisada a distribuição de renda e dos níveis de pobreza para caracterizar a marginalização do consumo dos contingentes de população mais expostos ao fenômeno da exclusão social. Do ponto de vista da produção, a evolução do emprego será utilizada como variável aproximativa dos níveis de exclusão social. Finalmente, os indicadores sociais informam sobre os níveis de exclusão social, sugerindo uma redução nos níveis da qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis. Em suma, as condições sociais atuais desta sociedade têm provocado o aprofundamento das diversas formas de exclusão social. As evidências apontam riscos de uma desintegração e degeneração do tecido social. Além disso, o Estado tem sido incapaz de elaborar e de implementar políticas compensatórias para amenizar os efeitos da exclusão social. Para fazer face ao quadro que está posto é necessário uma interação do Estado com outros atores sociais no sentido de dar uma resposta às diversas demandas da sociedade.

## RESUME

Ce travail discute le thème de l'exclusion sociale dans l'amérique latine dans la période récente à partir de trois dimensions principales : a) du point de vue du marché consommateur (revenu); b) du point de vue du marché de travail (rapports sociaux de travail); c) du point de vue de la qualité de vie (indicateurs sociaux). La large période (1980-98) que l'étude couvre se doit à la nécessité d'étudier - outre les impacts du capitalisme actuel sur le territoire de l'amérique latine - l'origine et les conséquences de ses mutations. Pourtant, l'analyse met en avant les années 1990-98. Cela est dû au fait que les processus de mondialisation et d'intégration régionale ont gagné une plus large diffusion dans cette période et ont provoqué une augmentation de l'exclusion sociale. On a analysé la distribution de revenu et des niveaux de pauvreté à fin de caractériser la marginalisation de la consommation des contingents populationnels qui sont les plus exposés à l'exclusion sociale. Du point de la production, l'évolution de l'emploi a été utilisée, encore que cela ne soit pas un indicateur précis, de ses niveaux. Ce que suggère une réduction des niveaux de qualité de vie des groupes populationnels les plus vulnérables de la société. Finalement, les conditions sociales actuelles continuent à provoquer et à accentuer les différentes manifestations de l'exclusion sociale. En outre, il faut remarquer que l'État se montre incapable d'élaborer et de mettre en oeuvre des politiques compensatoires. A fin de faire face à ce panorama, il faut à l'État interagir avec d'autres acteurs sociaux dans le sens de donner une réponse aux diverses demandes de la société.

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, E ANEXOS

### TABELAS:

- 1- DÍVIDA EXTERNA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (US\$ BILHÕES)  
1996, 93
- 2- DISTRIBUIÇÃO DE RENDA MUNDIAL (1993)

### QUADROS:

- 1- AMÉRICA LATINA: RELAÇÃO DA POBREZA COM A POPULAÇÃO TOTAL  
(1990-1996- *PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL*), 82
- 2- AMÉRICA LATINA: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM NÍVEL DE  
POBREZA COM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO POR HABITANTE  
(COM GANHOS DE 60 DÓLARES AO MÊS 1990-96) , 84
- 3-AMÉRICA LATINA: POBREZA EXTREMA (1990-1996)  
(*PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL*), 85

### ANEXOS

**QUADRO IV-AMÉRICA LATINA E CARIBE: DESEMPREGO URBANO, 1991-  
1997(TAXAS MÉDIAS ANUAIS)**

**QUADRO V- AMÉRICA LATINA (14 PAÍSES) : EVOLUÇÃO DE ALGUNS  
INDICADORES SOCIO-ECONÔMICOS (1990 - 1995)**

**QUADRO VI- AMÉRICA LATINA (13 PAÍSES): TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA  
ATIVIDADE ECONÔMICA EM ZONAS URBANAS**

## SUMÁRIO

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Anexos

Introdução..... 01

### **CAPITULO I – América Latina: do Antigo Sistema Colonial ao Desenvolvimentismo**

1.1- Antecedentes Históricos: A Herança Colonial ..... 09

1.2- As Tentativas de Integração na América Latina ..... 16

### **CAPITULO II- Uma Breve Digressão na História da América Latina: do Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo**

2.1- 1929-1979: Meio Século de Excepcionalidade ..... 30

2.2- A Fase de Reestruturação Econômica e Ajuste no Mundo Periférico..... 35

2.2.1- A Fase de Ajustamento nos anos 90..... 37

2.3 - O Caminho de "par em par" do Ajuste e das Reformas Estruturais ..... 38

2.4- Resultados das Reformas ..... 42

2.5- As Políticas de Ajuste Neoliberal na América Latina ..... 49

2.6- Semelhanças e Diferenças na implementação das políticas de Ajuste ..... 52

2.7- Desigualdade Social na América Latina: Componentes Estruturais e Impactos dos Processos de Ajuste ..... 56

## INTRODUÇÃO

A partir do começo dos anos 70, o mundo assiste ao surgimento de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, em que a modificação nas formas de acumulação do capital exige um reordenamento na organização econômica, política, social e cultural das nações. A América Latina, nesse sentido, tem estado bastante exposta a estas modificações, que causam consequências diversas, dentre elas o aumento da exclusão social<sup>1</sup>, das populações dos países da "periferia capitalista" expostas a esse processo.

Esse processo de transformações na forma de acumulação capitalista, que tem recebido a denominação de globalização, avança de forma implacável e inexorável sobre as principais economias do mundo, gerando uma interdependência generalizada entre os diferentes países, e alterando substancialmente as relações econômicas e sociais no âmbito externo e interno. Um elemento emblemático desse período tem sido a evolução e intensificação no processo de concentração e centralização do capital, tanto na esfera produtiva quanto na financeira.

Nesse contexto, as relações comerciais e produtivas entre os países vêm também sofrendo modificações significativas. Cresce o número de

---

<sup>1</sup> Excluir [Do lat. Excludere.]. V.t.d. 1. Ser incompatível com; 2. Afastar, desviar, eliminar; 3. Por de lado; abandonar, recusar. V.t.d.e.i. 4. Não admitir; omitir; 5. Pôr fora; expulsar. 6. Privar, despojar. V.p. 7. Pôr-se ou lançar-se fora; isentar-se, privar-se. Ferreira, Aurélio B. de Holanda. Dicionário Aurélio eletrônico. V. 1.3. Rio, Nova Fronteira, 1994.

países que passam a se relacionar regionalmente através da formação de blocos econômicos ou inúmeros acordos de administração das relações comerciais. Temos, dessa maneira, uma relação internacional de comércio que obedece a uma série de elementos jurídicos que na prática atendem aos interesses maiores da expansão do processo de valorização do capital das economias mais desenvolvidas, principalmente dos países industrializados que estão na vanguarda tecnológica.

Por outro lado, avança a economia financeira global, desde o rompimento do Acordo de *Bretton Woods*<sup>2</sup> em 1971, desde então, observa-se um clima de recorrente instabilidade nos mercados financeiros internacionais com crescente evolução do aspecto financeiro da geração da riqueza social.<sup>3</sup>

Frente às mudanças que vem ocorrendo na esfera econômica global, renascem e modificam-se antigos paradigmas que se propõem a explicar a inexorabilidade da globalização, defendendo que, diante da inevitabilidade de tal processo, sob pena de sucumbirem, todos os países necessitam adequarem-se às transformações que vêm ocorrendo no limiar do terceiro milênio<sup>4</sup>. Isso é ainda mais propagado entre os países subdesenvolvidos.

---

<sup>2</sup> Conferência monetária e financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. O acordo assinado em Bretton Woods teve validade para todas as economias capitalistas, cuja liderança era os EUA. Essa conferência teve como resultado a criação do (FMI) Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

<sup>3</sup> O processo de *financeirização global* "... foi acelerado por um conjunto de políticas deliberadas dos EUA, que, a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da *diplomacia do dólar*, obrigaram o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira) e a financiar as crescentes dívidas pública e externa dos EUA". (TAVARES, 1997:10) É importante destacar que os desdobramentos do avanço nas relações comerciais, produtivas e financeiras entre as nações são sentidas também no âmbito institucional e na autonomia de aplicação de instrumentos de política econômica.

<sup>4</sup> Estas questões são discutidas com muita pertinência e propriedade por (P. HIRST, 1998).

Esse tipo de orientação enquadra-se dentro dos parâmetros propugnados pelo liberalismo econômico, a partir dos centros hegemônicos da economia mundial, sob um controle intenso do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Estes organismos internacionais defendem com vigor os princípios da economia clássica ortodoxa, como, por exemplo, os postulados da teoria clássica das vantagens comparativas em defesa do livre comércio entre as nações.

Na realidade, o atual avanço das forças produtivas coloca à frente na corrida da acumulação de capital aqueles países ditos desenvolvidos ou centrais<sup>5</sup>, como é o caso dos EUA, Japão, e a União Européia (UE). A posição privilegiada, assumida pelas economias centrais, aumenta ainda mais o fosso entre os "países centrais" e a "periferia" capitalista. Neste contexto, as "desigualdades sócio-econômicas" tendem a acentuar-se à medida que se intensificam as relações econômicas internacionais com os países periféricos assumindo posições desvantajosas nessa nova configuração da divisão internacional do trabalho.

Nessa nova configuração, ocorrem um aumento simultâneo do volume e da velocidade de circulação dos recursos e a interação entre esses dois movimentos na economia mundial<sup>6</sup>. No setor produtivo, nota-se uma convergência entre os processos produtivos nas diversas economias, traduzindo-se em semelhanças entre os tipos de técnicas, estratégias administrativas, métodos de organização do processo produtivo, etc.

---

<sup>5</sup> Esses países são aqueles detentores do conhecimento científico e tecnológico no "mundo globalizado".

<sup>6</sup> Para um aprofundamento da discussão ver Tavares & Melin, M. da C. e L. E., 1997.

Os países ditos desenvolvidos como é o caso principalmente dos Estados Unidos, do Japão e dos países que participam da Comunidade Européia, contraditoriamente, vêm relutando em assumir compromissos mais efetivos de liberalização econômica, uma vez que mantêm atualmente amplos programas governamentais de subsídios e de restrições alfandegárias aos setores internos mais vulneráveis de suas economias, o que lhes garante uma inserção mais ativa no comércio internacional. À concorrência externa são expostos apenas aqueles setores que apresentam um elevado grau de competitividade, resultando no crescimento dilacerado do desemprego e da precarização das relações de trabalho, além do aprofundamento dos laços de dependência externa, principalmente dos países latino-americanos.

No caso específico dos Estados Unidos, percebe-se uma clara tendência à aversão aos acordos multilaterais que eram propostos pelo *GATT* (Acordo Geral de Comércio e Tarifas)<sup>7</sup>. A política externa deste país está orientada para a criação ou manutenção de acordos unilaterais e bilaterais com os outros países, como vêm demonstrando as negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio entre as Américas (*ALCA*). Nesse momento ficou explícito o interesse dos *EUA* em fortalecer suas relações bilaterais entre os países latino-americanos em detrimento do multilateralismo regional<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O *GATT* foi criado em 1948 na tentativa de coordenar as relações comerciais entre os países. Com o documento final da Rodada Uruguai do *GATT* em 1994 foi criada a Organização Mundial do Comércio (*OMC*), que atualmente cumpre o papel anterior do *GATT* embora este continue existindo. Com a *OMC*, tal "papel" foi ampliado e aprofundado, pois a *OMC* dispõe de mais força que o *GATT*.

<sup>8</sup> Embora o *MERCOSUL* e o Pacto Andino tenham sido criados originariamente com o intuito de fortalecer os acordos bilaterais, observa-se um aumento no multilateralismo entre seus países membros. A intenção dos *EUA* em criar a *ALCA* ocorre em virtude da crescente importância que aqueles acordos tem adquirido na região, muitas vezes conflitando com seus interesses comerciais. Com a criação de um



Influenciados pela avalanche da “nova ordem internacional”, grande parte dos países subdesenvolvidos está promovendo uma abertura comercial unilateral de seus mercados, o que aliado à falta de uma orientação governamental mais efetiva, como aquela praticada pelas economias desenvolvidas, tem contribuído para a destruição daqueles setores internos menos competitivos, sem correspondentes contrapartidas que justifiquem a redução do nível de emprego.

O processo de inserção no cenário internacional não tem ocorrido de forma homogênea, uma vez que tende a reproduzir ou, até mesmo, agravar os problemas estruturais externos e internos de alguns países. Assim, dadas as distorções existentes, o processo de abertura comercial pode penalizar certos países e, dentro destes, aqueles setores que apresentam uma maior vulnerabilidade econômica, onde tais distorções do processo de integração são mais incisivas, gerando fortes tensões frente ao fenômeno da exclusão social.

Partindo do quadro geral exposto acima, o presente trabalho tem por objetivo analisar parte dos impactos das transformações do capitalismo contemporâneo no processo de exclusão social na América Latina. Ele procura também analisar os processos de integração regional e ajuste estrutural, sobretudo no começo da década de 1990, admitindo-se como hipótese a intensificação da exclusão social, neste mesmo período.

O período escolhido para análise (1980-1998) foi definido considerando-se que os diversos autores consultados parecem convergir no

---

acordo mais abrangente, os EUA teriam maiores possibilidades de manter o domínio sobre as relações comerciais bilaterais entre ele e os países da América Latina.

sentido de que o processo de liberalização comercial na América Latina tenha iniciado de maneira expressiva a partir de 1990, em conjunto com as políticas de ajuste macroeconômica, impulsionando o processo de exclusão social no território latino-americano.

A grande amplitude do período analisado justifica-se pela necessidade de estudar a origem e os desdobramentos das transformações do capitalismo contemporâneo na América Latina no final do Século XX.

No âmbito deste trabalho, a exclusão social será analisada em três níveis: exclusão do consumo, exclusão da produção e exclusão do nível de qualidade de vida aceitável por organismos internacionais (OIT, ONU).

A pesquisa que ora se apresenta foi sobre o período de 1980 a 1998. Porém, a análise será priorizada entre os anos de 1990 a 1998, em virtude do processo de integração (Mercosul)<sup>9</sup> ter ganhado uma maior projeção no contexto da globalização, influenciado pela abertura comercial iniciada em 1989 no governo Collor e pelos programas de estabilização e ajuste macroeconômico subseqüentes. Entende-se que estes processos contribuíram em grande medida para o aprofundamento da exclusão social, como hipótese de trabalho passível de corroboração.

Incorporamos o período de 1980 a 1989 com o intuito de observar as tentativas de integração regional neste período e sua relação com a exclusão

---

<sup>9</sup> O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) teve como origem os acordos bilaterais de comércio estabelecido entre o Brasil e Argentina a partir de 1990. Foi criado oficialmente em 29-11-1991 com a assinatura do Tratado de Assunção (Paraguai), congregando o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Sua meta é criar uma comunidade econômica entre os quatro países para facilitar e incrementar o comércio entre eles, processo que foi consolidado em 31/12/1994 com a eliminação das tarifas aduaneiras entre Brasil e Argentina (um ano a mais para os outros dois países) e uma tarifa comum contra os demais países.

social. Dessa forma, poderemos observar dois cenários diferentes e indicar tendências de cenários futuros.

A pesquisa foi dividida em dois níveis de análise: o primeiro nível foi de observação teórica, para isso, faz-se um levantamento bibliográfico seguido de leituras em diversos autores que versam sobre o tema.

No segundo nível, os dados foram obtidos principalmente através de pesquisas bibliográficas, utilizando-se trabalhos de reconhecido valor científico. Este nível está relacionado basicamente ao tratamento e interpretação dos dados e resultados.

O nível de atividade econômica e suas variações foram analisados apoiado em variáveis convencionais: PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto), investimentos diretos e outras.

Foram analisadas as evoluções da distribuição de renda e dos níveis de pobreza, para caracterizar a marginalização do consumo dos contingentes de população mais expostos ao fenômeno da exclusão social. A evolução do emprego foi usada como variável aproximativa dos níveis de exclusão social do ponto de vista da produção. Finalmente, os indicadores sociais informaram sobre os níveis de exclusão social.

O primeiro capítulo discute a América Latina do Antigo Sistema Colonial ao desenvolvimentismo, tomando como marco inicial a herança colonial marcada na história da América Latina. Este tipo de análise permitirá observar em qual contexto histórico e em que fase do desenvolvimento capitalista a exclusão social manifestou-se de forma mais expressiva no continente.

No capítulo seguinte, faz-se uma reflexão e uma digressão na história da América Latina, analisando o comportamento da exclusão social, do rompimento do modelo primário exportador ao neoliberalismo, destacando a influência dos processos de ajuste e reestruturação econômica.

O terceiro capítulo discute as relações entre os temas globalização, precarização das relações de trabalho e exclusão social. Não se pretende esgotar tais questões; objetiva-se tão somente construir apoios analíticos para facilitar as possíveis conclusões. Ainda neste capítulo, é demarcado o conceito de exclusão social, mostrando as suas diferentes faces e admitindo a sua complexidade enquanto categoria analítica.

Nesse sentido, no âmbito do nosso trabalho vamos adotar o conceito de Dupas (1999); para ele a definição de exclusão social assume uma perspectiva econômica apesar de levar em consideração na sua definição às questões subjetivas e sociológicas que balizam este conceito. Assim, os excluídos são aqueles que estão alijados do consumo.

## CAPITULO I

### **América Latina: do Antigo Modelo Colonial ao Desenvolvimentismo**

#### ***1.1- Antecedentes Históricos: A Herança Colonial***

Não se constitui objetivo deste capítulo, nem tampouco deste trabalho descrever detalhadamente o processo de formação sócio-econômica da América Latina. Pretende-se apenas situar alguns pontos de apoio para entender a natureza e o desdobramento do processo de exclusão social na América Latina e, também no Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial.

A história da América Latina foi marcada pelo processo de colonização europeu, sendo que a maioria destes povos foram colonizados por Portugal e Espanha, principalmente. Ao longo de três séculos de colonização, o modelo econômico implantado na economia da região foi de caráter primário-exportador. Ou seja, as colônias exerciam o papel de exportadora de matérias-primas e importadora de produtos manufaturados.

A estrutura social dos países da América Latina tem sua origem nos desdobramentos das formas que tomaram as conquistas espanhola e portuguesa e nas instituições que esses povos implantaram no sentido de criar uma base econômica com capacidade de incorporação de novas terras à economia das metrópoles.

A colonização das Américas ocorreu através de duas formas de colonização: povoamento e exploração. Portugal e Espanha assumiram a dianteira da colonização. O tipo de colonização desenvolvida por Portugal caracterizava-se marcadamente pela exploração, assentada na tríade-latifúndio, monocultura e trabalho escravo.

Neste contexto, a política espanhola estava orientada para transformar a colônia em sistemas econômicos, o quanto possível, auto-suficientes e produtores de um excedente líquido no caso metais preciosos, que se transferia periodicamente para a metrópole.

Ao tratar da estrutura colonial Novais (1996) enfatiza que, nem toda colonização se processa no quadro do sistema colonial. Ao contrário, segundo este autor, a colonização é um fenômeno mais geral que se espalha por toda parte da esfera terrestre, através da ocupação, povoamento e valorização de outras regiões. A colonização se dá nas mais diversas situações históricas.

No período moderno, sobretudo, o processo de colonização assume um caráter específico de relações, assumindo assim a forma mercantilista de colonização. Noutras palavras, é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização européia e nela são conquistadas, povoadas e "colonizadas" economicamente as terras das Américas.

É interessante observar, que o processo de colonização do chamado novo mundo, tinha como sustentáculo, a política mercantilista. De acordo com essa política, a riqueza gerava-se na esfera da circulação das mercadorias, adotava a política mercantilista como pressuposto para o seu funcionamento uma balança comercial favorável. Ou ainda, como acrescenta:

*“O mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise ao bem-estar social, como se diria hoje; visa ao desenvolvimento nacional a todo custo. Toda forma de estímulos é legitimada, a intervenção do Estado deve criar todas as condições de lucratividade para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo. Daí se propugnar uma política de fomento demográfico, meio de ampliar a força de trabalho*

*nacional, e impedir a elevação dos salários por exemplo".  
(Novais: 1995:61)*

Não podemos esquecer que as relações comerciais e produtivas entre os países colonizadores possuem origem secular, crescendo, principalmente, a partir da expansão do capitalismo mercantil intra-europeu. Podemos dizer ainda, que quase todas essas relações sempre foram orientadas e voltadas para os interesses dos países hegemônicos.

O povoamento e a colonização desenvolveram-se inicialmente apoiado no trabalho indígena<sup>10</sup>. Mas, as dificuldades de extração de excedente fizeram com que as classes dirigentes metropolitanas buscassem outras formas de produção, baseadas no trabalho escravo e depois no assalariamento.

Neste contexto, a principal preocupação da classe dirigente era integrar a produção num circuito comercial capitalista, portanto, não tem sentido referir-se a ela como sendo de caráter feudal, uma vez que as relações sociais de produção do tipo feudal não predominavam na estrutura do Antigo Sistema Colonial. A inexistência do assalariamento assinala a presença de uma formação social pré-capitalista, mas não necessariamente feudal. Ali onde o excedente comercializável baixava de certo nível, a classe senhorial tendia a desaparecer, dispersando-se a população trabalhadora numa economia estritamente de subsistência. (Furtado, 1978:34).

---

<sup>10</sup> A idéia de utilizar mão-de-obra indígena foi parte integrante dos primeiros projetos de colonização. Os vultos dos capitais imobilizados que representavam a importação de escravos africanos só permitiram que se cogitasse dessa solução alternativa quando o negócio demonstrou que era altamente rentável. Contudo, ali onde os núcleos coloniais não encontravam uma base econômica firme para expandir-se, a mão-de-obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental. (Furtado, 1991:12)

No caso do Brasil<sup>11</sup>, este conjunto de relações sociais de produção predominou durante aproximadamente três séculos, assumindo a forma de colônia de exploração.

Por outro lado, A colonização de povoamento que se inicia na América no século XVII constitui, portanto, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração da mão-de-obra européia que um conjunto de circunstância tornara relativamente barata nas ilhas britânicas.

Ao contrário, do que ocorrera com a Espanha e Portugal, que enfrentavam o problema de escassez de mão-de-obra quando iniciaram a ocupação da América, a Inglaterra do século XVII apresentava um considerável excedente de população, devido às profundas mudanças ocorridas na agricultura por volta do início do século XVI.

No quadro do Antigo Sistema Colonial as dificuldades de manutenção das relações sociais de produção, com a utilização do trabalho escravo, latifúndio e monocultura, agravaram as condições do seu funcionamento, exigindo mudanças nas formas de acumulação de capital e, conseqüentemente no processo de produção de mercadorias. Assim, surge uma nova fase de acumulação “orquestrada pelo capital industrial”<sup>12</sup>.

Mais adiante, na primeira metade do século XVIII, demarca-se por uma transição, onde se consolida a integridade territorial e a independência política de algumas colônias. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi proclamada a independência em 1776.

---

<sup>11</sup> Apesar da pesquisa está relacionada a exclusão social na América Latina, no âmbito desta o Brasil será tomado com exemplo.

<sup>12</sup> Frente ao conjunto de mudanças ocorridas nesse período emerge a I Revolução Industrial.



Nesse mesmo período os privilégios que foram concedidos à Inglaterra ocasionaram sérias dificuldades econômicas para a América Latina. Por um lado, essas dificuldades reduziram em grande medida a capacidade de ação do poder central inglês e, por outro lado, o descontentamento gerou focos de desagregação territorial das colônias, resultando no estreitamento das relações comerciais da América Latina com os EUA.

Nesse contexto, desdobra-se a independência política do Brasil em 1822, no entanto a estrutura da economia brasileira não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. Nas etapas de expansão e decadência a estrutura econômica baseada no trabalho escravo se mantivera quase imutável<sup>13</sup>. Assim como, a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX representou uma fase de transição econômica, a primeira metade do século XIX representou uma etapa de transição política.

A economia brasileira no contexto do século XIX atravessou um conjunto de transformações sócio-econômica, influenciadas pelas mudanças e exigências no padrão de acumulação capitalista. Na transição do século XIX para o XX. O Antigo Sistema Colonial apresentava fortes indícios de ruptura, uma vez que não se sustentava apoiado no Modelo Primário exportador.

Já no início do século XX o sistema de divisão internacional do trabalho sofreu profundas modificações com a grande depressão em que mergulhou o sistema capitalista.

---

<sup>13</sup> Para aprofundar a discussão convidamos o leitor a examinar o trabalho de FURTADO (1991).

*“O volume físico das exportações mundiais reduziu-se em 25%, entre 1929 e 1933, e o nível geral de preços dessas em 30%, o que acarretou numa baixa de mais de 50% do comércio mundial. Demais a modificação no fluxo internacional de capitais agravou consideravelmente a situação dos países exportadores primários”.(Furtado, 1978. 63)*

As proporções assumidas pela crise de 1929 na América Latina foram catastróficas em virtude do menor grau de integração na divisão internacional do trabalho em relação às economias desenvolvidas.

*“Dada a grande inelasticidade de sua produção de café e outros produtos tropicais, o Brasil procurou defender-se da baixa de preços aumentando o quantum de suas exportações, o qual cresceu em 10% no período de 1930-34, relativamente a 1925-29. A Argentina reduziu o seu em 8%, o Chile em 33 e o México em 25. A deterioração dos termos de intercâmbio foi duas vezes mais intensa no Brasil que na Argentina, mas não foi muito distinta da do Chile e do México”. (Furtado, 1978: 65)*

O desenvolvimento econômico da América Latina, baseado nesse modelo, foi relativamente seletivo, voltando-se para a industrialização, enquanto a proposta de reforma agrária, por exemplo, ficou esquecida para não contrariar os interesses da oligarquia rural ainda dominante.

Frente as discussões que se apresentavam nesse contexto, na interpretação de Furtado (1993:23), a análise de *Prebisch* não comportava uma crítica a teoria clássica ou neoclássica do comércio internacional. O seu objeto de crítica era o sistema de divisão internacional do trabalho, que vinha historicamente conduzindo a concentração da renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a "repartir-se com igualdade" entre os países que participassem do intercâmbio.

Já nesse período, *Prebisch* reconhecia a importância do processo de industrialização, mas assinalava os seus limites. Para levar tal processo adiante, ele assegurava que era necessário poupança e divisas, sem as quais as pressões inflacionárias seriam incontíveis.

Neste contexto, como é sabido, *Raúl Prebisch*, enfatizou com muita lucidez os problemas da deterioração dos termos de troca. Sendo assim, ele propunha uma política anticíclica para os "países periféricos" frente aos desequilíbrios externos verificado no final da década de 1940. Para Furtado (1993:21), *Prebisch* demonstrou que os desequilíbrios da economia internacional nas décadas de 1940 e 1950 tinham sua origem no comportamento da economia dos *EUA*, que vinha praticando políticas protecionistas.

A saída adotada pela maioria dos países da América Latina foi o "modelo de substituição de importações", objetivando a industrialização e o fortalecimento do mercado interno existente. Mesmo com a busca dessa alternativa, as desigualdades sociais, permaneceram no quadro do processo de industrialização, exigindo a busca de outras alternativas.

No caso dos *EUA*, observa-se forte tendência a rejeição dos acordos multilaterais propostos pelo *GATT* (*Acordo Geral de Comércio e Tarifas*).<sup>14</sup> A política externa norte-americana volta-se para a manutenção de acordos bilaterais com os outros países, como foi demonstrado ao longo da história e, também recentemente, na discussão em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (*ALCA*).

---

<sup>14</sup> O *GATT* foi criado em 1948 na tentativa de coordenar as relações comerciais entre os países. Com o documento final da Rodada Uruguai do *GATT* em 1994 foi criada a Organização Mundial do Comércio (*OMC*), que atualmente cumpre o papel anterior do *GATT* embora este continue existindo. Com a *OMC*, tal "papel" foi ampliado e aprofundado, pois a *OMC* dispõe de mais força que o *GATT*.

## 1.2- As Tentativas de Integração na América Latina

Segundo Rosenthal (1990:72-80) existem três etapas que compõem o processo de integração na América Latina. A primeira etapa pode ser chamada de "*voluntarista*", e compreende os anos 1950 e 1960. Esta etapa de integração surge no pós-guerra, momento em que, as idéias cepalinas tomam impulso, levando os países desta região, a realizar a industrialização com uma participação efetiva do Estado. No período de 1950/1970, o processo de industrialização contribuiu em grande medida para o dinamismo da economia desta região; a estrutura produtiva diversificou-se e modernizou-se, ocorrendo uma crescente diferenciação da estrutura social.

As instituições de integração que surgiram nas décadas 1950 e 1960, dentre eles a *ALALC*<sup>15</sup> (Associação Latino-americana de Livre Comércio) e Pacto Andino<sup>16</sup>, pareciam ter inspiração na visão dos avanços graduais e

---

<sup>15</sup> ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Organização internacional criada pelo Tratado de Montevideu, em fevereiro de 1960, e extinta vinte anos depois. Previa o estabelecimento de uma área de livre comércio, que seria a base para um Mercado Comum latino-americano, à semelhança do Mercado Comum Europeu, com redução de tarifas e eliminação de barreiras comerciais. Assinaram o tratado Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai; ingressaram depois Colômbia e Equador (1961), Venezuela (1966) e Bolívia (1967). A ALALC desenvolveu-se bastante no início, fazendo com que as exportações regionais quase dobrassem de 1961 a 1965, passando de 490 para 835 milhões de dólares. De 1960 para 1970 foram aprovadas quase 9000 concessões tarifárias, facilitando as transações comerciais. Após esse início promissor, porém, a organização entrou em crise: de 1970 a 1980, aprovaram-se apenas 2000 novas concessões tarifárias. As causas da crise nunca chegaram a ser exatamente definidas. Uma das explicações levantadas diz respeito à diferença de desenvolvimento econômico entre os membros da organização: os mais pobres não teriam condições de participar das negociações da mesma forma que os outros e estes acabavam recebendo os maiores benefícios. A instabilidade econômica na região, principalmente na década de 70, também teria favorecido a crise. A ALALC foi extinta em 31 de dezembro de 1980.

<sup>16</sup> Organização econômica latino-americana criada em maio de 1969 com o objetivo de melhorar a cooperação entre os países da região andina. Os participantes desse acordo foram: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile. Em 1973 a Venezuela associou-se ao grupo e, em 1977, o Chile abandonou-o. O Pacto Andino conseguiu multiplicar por dez o comércio entre os participantes de 1969 a 1979. Um dos itens mais conhecido do acordo é a decisão nº. 24, de 31/12/1970, a respeito do capital estrangeiro: os investidores estrangeiros deveriam transferir 51% de suas ações para os investidores locais; e as empresas

progressivos com metas predeterminadas. Todos os tratados desta época estabeleciam compromissos relativamente rígidos: lograr uma zona de livre comércio e em alguns casos, adotar uma tarifa comum frente a terceiros com prazos estabelecidos.

A rigor, as metas de integração preestabelecidas nesta etapa eram muito ambiciosas e a natureza do desenvolvimento centrado no processo de substituição de importações dificultava a integração dos países pequenos que avançaram menos na industrialização. Estes países não obtinham vantagens em renunciar aos preços internacionais de compra inferior aos prevalecentes na região protegida. Nestes países, o reduzido porte do mercado interno limitava o avanço da industrialização. A participação relativa dos países de menor desenvolvimento no comércio internacional tendeu a diminuir. Enfim o objetivo da formação de uma zona de livre comércio não se cumpria.

Ainda para Rosenthal (1980:72-80), a segunda etapa de integração latino-americana denominada "*revisionista*", a partir de (1980) postula o abandono das normas prefixadas, dando ênfase à integração informal, através de projetos, ao invés, de compromissos formais e totalizadores.

Em meio a esta situação formulou-se o Tratado de Montevideu em 12 de agosto de 1980. Este se caracteriza por ter um caráter nitidamente pragmático e flexível, diferentemente do caráter determinista da etapa anterior. Outro acordo que podemos destacar na década de 1980 foi a Ata

---

não poderiam remeter para o exterior mais do que 14% dos seus lucros, exceto quando houvesse autorização do Pacto. Em 1976, o Chile tentou revogar essa decisão e, não obtendo nenhum resultado positivo, retirou-se da organização em janeiro de 1977 (SANDRONI, 1994:156).

para a Integração Argentina/Brasil assinada em 1986. Esta ampliou a integração bilateral, sugerindo que as rivalidades estavam sendo superadas, possibilitando a cooperação entre países, cujas posições era importantes no processo de integração. Vale salientar mais uma vez que no início da década de 1980, foi assinado na região um novo Tratado de Montevideu. Este deu origem a uma nova organização regional, a *ALADI*. Essa nova proposta de integração caracteriza-se por ser menos ambiciosa, em termos de objetivos e metas a serem alcançadas, ao contrário da experiência anterior.

As negociações bilaterais entre Brasil, Argentina e Uruguai tiveram início com a assinatura do PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica), acordo de integração assinado em Buenos Aires em julho de 1986. Seguido em 1988, pelo tratado de integração, cooperação e desenvolvimento firmado pelo Brasil, Argentina, e pelo acordo de complementação econômica assinado pelos países no âmbito da ALADI (Associação Latino Americana de Integração) em 1990<sup>17</sup>.

A terceira etapa é denominada "*pragmática*", resultante do avanço da globalização. Na verdade, foi uma resposta da América Latina à globalização, uma tendência gradual no sentido de haver uma maior convergência em matéria de política econômica entre os países da região.

---

<sup>17</sup> ALADI (Associação Latina Americana de Integração). Organização internacional criada pelo Tratado de Montevideu (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), assinado em 12 de agosto de 1980, em substituição à antiga Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). O objetivo do tratado, que passou a vigorar em 18 de março de 1981, era obter uma entidade mais flexível, mais dinâmica e sem os erros da antecessora, capaz de estimular as relações comerciais na América Latina.

O ponto em comum entre a nova organização e a anterior é a defesa no longo prazo, do estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Desta vez, deu-se mais ênfase à criação de acordos bilaterais e sub-regionais para estimular as relações comerciais e possibilitar, com isso, o tratamento diferenciado entre os países signatários.

Uma outra característica dessa nova proposta, é que ela não estipula prazos fixos. Ao contrário, o cumprimento das metas instrumental não segue um cronograma rígido, mudando de acordo com as conveniências de cada país em termos de política econômica. Portanto, os objetivos da ALADI contrastam com os da ALALC que tinha um caráter determinista.

A nova reorientação dos processos integradores na América Latina “*é produto da experiência acumulada nos vinte anos anteriores, de predomínio de esquemas rígidos e compromissos inevitáveis*” (Rosenthal, 1990:78-79). Os países-membros da ALADI passaram a dispor de uma gama muito maior de instrumentos de política econômica. Existem atualmente acordos de alcance regional e de alcance parcial<sup>18</sup>, por exemplo, acordos comerciais, de complementação econômica, de abertura de mercado, acordos agropecuários e outros mais de preferência tarifária regional.

Apesar das mudanças instituídas no âmbito da ALADI, o comércio intra-regional latino-americano não evoluiu de maneira significativa na década de 80. Em relação às importações totais da região, o comércio

---

<sup>18</sup> Esses acordos defendem o princípio da multiplicidade. Nos acordos de alcance regional participam todos os países-membros e nos de alcance parcial, participam apenas alguns países-membros. Um exemplo de acordo parcial é o Mercosul.

decreceu de 13,8%, em 1980 para 13,1%, em 1988; as exportações intra-regionais totais também se reduziram, o comércio passou de 15,5% para 11,2%, respectivamente (Rosenthal, 1990:79-80). Com as exportações extra-regionais, a história não foi diferente, elas caíram em média 3,2% no início da década mencionada.<sup>19</sup>

A desaceleração do comércio intra-regional durante boa parte da década de 1980, deveu-se, plausivelmente, às instabilidades econômicas causadas pela crise da dívida externa. A necessidade de se obter divisas para assegurar os serviços da dívida (juros e amortizações), arrefeceu as relações extra-regionais, e desaqueceu o comércio intra-regional, como os dados acima demonstram.

De qualquer forma, isso não significa que houve um processo de desintegração econômica na região,<sup>20</sup> pelo contrário, a integração era vista como uma estratégia alternativa para enfrentar melhor a conjuntura internacional adversa, já que a sua retomada no início dos anos oitenta, através da *ALADI*, obedecia, fundamentalmente, a fatores políticos e econômicos que ocorriam ao nível regional e mundial.

Neste contexto, a questão da dívida externa converteu-se num ponto central de articulação diplomática no "subcontinente". Essa articulação em torno do problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo foi uma iniciativa do presidente de Cuba, *Fidel Castro*. Após seis congressos sobre

---

<sup>19</sup> Dados do BID. extraídos de Montoya e Guilhoto, 1987.

<sup>20</sup> Os anos oitenta marcaram, para os países de menor desenvolvimento, uma insatisfação com tal processo. Os resultados com a ALALC não foram tão positivos para esses países. Rosenthal afirma, que "os benefícios recebidos da integração no passado se converteu em um fator retardatário do processo negociador, exacerbado pelos custos da integração derivadas do desvio de comércio". Entre outros fatores, o autor aponta dois importantes que conspiraram para os insucessos da integração no âmbito da ALALC: "a escassa vinculação comercial e infraestrutura pré-existente". Mas isto não foi o suficiente para que na região outras iniciativas de integração não fossem criadas (Rosenthal, 1990: 86).



esse tema, *Fidel* conseguiu criar uma forte consciência sobre a dimensão da dívida, a possibilidade de utilizá-la como um fator de unidade latino-americana, de colaboração Sul-Sul e de pressão sobre as potências econômicas.

Outros fatores são também importantes no contexto dos interesses econômicos e políticos integracionistas, tais como: a) a reabilitação de normas de convivência democrática em vários países da América Latina, b) os efeitos e conseqüências do segundo choque do petróleo (1979) no balanço de pagamentos dos países da região; e a nova tendência da economia internacional que apresenta a integração econômica como uma condição necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias, captação de investimentos externos e proteção seletiva dos mercados internos. (Santos, 1993:126 apud Montoya e Guilhoto, 1987: 3).

Frente a conjuntura econômica adversa que se apresentava a iniciativa de integração econômica das economias mais fortes do território latino americano tinha como objetivo principal, iniciar um processo de integração econômica entre as duas maiores economias sul-americanas. De fato, ela suscitou um programa amplo de integração bilateral que, até o momento, tem superado as divergências históricas entre as duas nações. Por outro lado, pôde-se fortalecer, em termos, o poder de barganha dos dois países nas relações internacionais em torno do problema da dívida externa.

Após um interregno de quase doze anos (1979-90) sem crescimento econômico, demarcado pela estagnação econômica na América Latina e o esgotamento do modelo de desenvolvimento, pautado na substituição de

importações e amparado substancialmente em financiamentos externos, os anos 1990 iniciam-se sob um novo contexto internacional.

Em termos intregacionistas, o atual período emerge sobre duas novas características, que definem bem esse novo contexto: a) a globalização dos fenômenos econômicos – ideologicamente colocada como um fato novo e irreversível, e uma resposta latino-americana a essa *globalização*, com uma gradual tendência em direção a uma maior convergência entre os países da região em matéria de política econômica, inclinada principalmente para uma liberalização comercial e a adoção de metas comuns de desenvolvimento; e b) a convergência, pelo menos aparentemente, para regimes políticos plurais, participativos e democráticos.

Antes, a integração regional assumiu um papel preponderante nas estratégias de desenvolvimento econômico na América Latina, como vimos. Atualmente, impõem-se aos países da região, novas estratégias de desenvolvimento econômico, sintonizadas com a nova realidade da economia mundial. Nesse sentido, “*é razoável supor que a integração seja funcional a estas novas estratégias nacionais de desenvolvimento*” (Rosenthal, 1980:82).

Estudando os desdobramentos recentes do processo de integração na América Latina, Prado (1995:7) levanta duas questões centrais: 1) as políticas de integração regional estão caminhando na direção de um mercado comum, ou apenas de uma união alfandegária incompleta no espaço geográfico do Mercosul? 2) o Mercosul é um instrumento na montagem de uma estratégia de desenvolvimento econômico regional ou é

apenas uma estratégia para a liberalização do comércio exterior dos países da região, como parte de um processo de liberalização da economia continental e da economia mundial?

Prado parte da hipótese que existem duas concepções a respeito dos objetivos, amplitudes e fundamentos do Mercosul. No entanto, essas duas concepções divergem através de visões diferentes do papel do Estado na economia e sua importância no processo de construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentado na região.

Prado classifica a primeira concepção como neoliberal, cujo fundamento principal é a criação de um mercado comum que leve em consideração o plano externo e interno, ou seja, sem a discriminação dos outros parceiros comerciais. Isto é, a integração regional deve acontecer de maneira que crie comércio e evite os desvios de comércio. A tese neoliberal sustenta ainda, que a integração regional é apenas um estágio dentro de um processo de liberalização mais amplo, inserido no programa de Iniciativa das Américas.

A segunda abordagem é denominada pelo autor de neo-desenvolvimentista. De acordo com esta, o Mercosul deve inserir-se num projeto de desenvolvimento regional. A criação de um mercado comum implica no estabelecimento de coordenação das políticas macroeconômicas dos países envolvidos, e não se restringir apenas a política fiscal e monetária, mas necessariamente no estabelecimento de políticas industriais articuladas, onde as prioridades devem ser direcionadas para o crescimento setorial, no sentido de administrar os conflitos provocados nas economias nacionais no contexto do processo de integração.

Seguindo esta orientação o Mercosul não seria apenas um estágio no processo de integração continental, mas um instrumento na estratégia de desenvolvimento regional. De acordo com a última concepção exposta, embora não se rejeite inicialmente as negociações pela via da liberalização do comércio continental, as negociações realizadas e a se realizarem, devem considerar que o mercado comum sul-americano tem objetivos diferentes da criação de uma zona de livre comércio continental.

Na década de 1970 o modelo de "substituição de importações" entrou em crise, devido à ausência de financiamento. Sabe-se que o ponto de partida para a integração econômica latino-americana que deu origem a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) foi o modelo de "substituição de importações", cujo elo de sustentação mais forte da cadeia era a generalização de um mercado interno para toda a América Latina. Sendo assim, a tentativa de integração encerra-se num fracasso, devido à ampliação limitada do mercado interno.

Nesse contexto, o Brasil ainda estava sob a égide do modelo substitutivo de importações, que apresentava fortes indícios de ruptura no governo Geisel (1974-78). Contudo, este modelo constituído sobre as bases cepalinas não se esgotou para o Brasil nem para os demais países latinos. A política econômica dos EUA nesse período mudou e "reduziu a liquidez internacional" dificultando o financiamento do processo de substituição de importações. Também os termos de intercâmbio foram redefinidos para transferir parte do novo custo das crises do petróleo para os países periféricos.

Ainda nesse mesmo período, o endividamento externo cresceu de forma exponencial, influenciado pelo aumento das taxas de juros internacionais pelos EUA, repercutindo em crises violentas principalmente no México e Brasil, o que vem a ser chamado de "década perdida" para maioria dos países latino-americanos. Ainda neste período, registraram-se um crescimento econômico medíocre, altas taxas de inflação e corrosão do poder de compra dos estratos da sociedade mais vulneráveis ao processo de exclusão social.

Com a assinatura do PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) a situação internacional modificou-se levando a aceleração da integração no cone sul. Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, dando um largo passo para a consolidação do processo de integração econômica no cone-sul. Brasil e Argentina prosseguiram com a experiência da integração com assinatura da Ata de Buenos Aires, fixando o prazo para a "concretização da união" até o final de dezembro de 1994.

*"O Mercosul, era visto, dentro do espírito liberalizante dos novos governos Collor e Menén, como uma resposta continental a formação de blocos no espaço internacional. Neste sentido falava-se na formação de um mercado comum do cone sul como um ponto de partida para o processo de liberalização mais amplo, ao contrario da tradição doutrinaria desde Vinner e Balassa, o mercado comum não era visto como um expediente distinto, ou ainda contrario a política de abertura comercial, mas como um caminho para essa". (Prado, 1995:21-22)*

Com os desdobramentos do processo de integração, a maioria dos países da América Latina seguiram na década de 1990 a política de liberalização, expressa nos acordos comerciais. Como acrescenta Prado (1995:25), "na prática, regionalismo aberto seria a tentativa de se

*implementar uma integração econômica que procurasse produzir apenas o efeito de criação de comércio, reduzindo-se ao máximo os efeitos de desvio de comércio”.*

O novo regionalismo na América Latina diferenciava-se das tentativas anteriores, notadamente do modelo que se fundamentava na ampliação do mercado interno, associado à substituição de importações, e por esta via, à integração dos países com mercado interno maior.

A concepção liberal do Mercosul não foi definitivamente afastada, e ainda exerce forte influência. Segundo essa concepção, o limite da integração seria uma união alfandegária, com tarifa externa comum reduzida, e com coordenação macroeconômica limitada a consultas mútuas, sem maior integração de políticas econômicas.

Frente ao panorama que começa a se desenhar na economia mundial no final do século XX, a economia latino-americana apresenta tendências (o Mercosul) de integração multilateral com os diversos blocos econômicos existentes. Mas, para que o Mercosul possa alcançar seus objetivos se faz necessário a compatibilização de estratégias de desenvolvimento para todos os países que fazem parte desse bloco econômico.

A criação do Mercosul vem contribuindo para o bom desempenho do mercado latino-americano, sendo a Argentina seu maior parceiro comercial intrabloco.

*“A questão a ser decidida pela sociedade brasileira é se o Brasil deve, seguir uma estratégia de promover ativamente seu potencial industrial e tecnológico, evitando, contudo os erros do passado, particularmente a grave subestimação dos custos de falha de governo. Ou se, ao contrário, deve o Brasil aventurar-se por uma estratégia liberal, ignorando também a existência de falhas de mercado, acreditando que eventuais custos de desindustrialização setorial sejam compensados pela construção*

*de uma economia com base econômica mais sólida".(Prado, 1995:38).*

No caso específico do Brasil, o processo de integração econômica é bastante importante. Mas, o que é mais importante é a forma de inserção: o Brasil deve necessariamente inserir-se nesse processo de maneira relativamente autônoma, voltando-se para o mercado interno. O que vem ocorrendo, ao longo das tentativas de integração, é uma imposição de políticas econômicas não só para o Brasil, mais para toda a América Latina, voltada para os interesses das "economias centrais". Os processos de integração introduzidos foram insuficientes para reverter às características excludentes. No próximo capítulo faremos uma discussão sobre a América Latina do Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo.

## CAPÍTULO II

### Uma Breve Digressão na História da América Latina: do Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo

Em primeira instância é necessário enfatizar que as diferenças históricas existentes entre os países da América Latina, colocam-se como um desafio para pesquisar e tratar esta região na perspectiva de uma unidade homogênea. De fato, existem algumas características gerais entre os diferentes países latino-americanos conforme apontamos anteriormente, notadamente quando nos referimos ao processo de colonização realizado pelos povos na sua maioria europeus. A colonização da América Latina na sua gênese foi condicionada pelas formas como se processou sua inserção econômica e política no cenário internacional. No período posterior a colonização, a América Latina ficou subordinada aos interesses e ditames do imperialismo inglês.<sup>21</sup>

Nas duas primeiras décadas do século XX, mais precisamente em 1914, o capital inglês predominava na região, concentrando-se nos setores: comércio, finanças, infra-estrutura e dívida pública. O capital norte-americano, embora em menor proporção, concentrava-se basicamente nos setores produtivos, principalmente no setor de mineração com uma participação de aproximadamente 60% dos investimentos. É importante chamar a atenção para o fato de que o investimento produtivo norte-americano era nove vezes maior do que de origem inglesa, fazendo emergir uma desnacionalização antecipada de parte da estrutura produtiva da região, neste período. No ano de 1914, 10% das exportações latino-americanas,

---

<sup>21</sup> Para um maior detalhamento dos processos de formação socioeconômica da América Latina sugerimos uma apreciação da obra de FURTADO (1969).



destinavam-se para os EUA. Já em 1929 este percentual eleva-se para o patamar de 39%.

Desde os primórdios do século XX, o imperialismo norte-americano ultrapassava o britânico. Para se ter uma idéia, este capital na forma de empréstimos e investimentos que em 1914 representava apenas 10% dos capitais "forasteiros" aplicados na América Latina, em 1929 assumiu a cifra de 38%, um crescimento em uma década e meia de aproximadamente 200%, concentrados em boa parte na mineração. Suas aplicações na América Latina, que no final do século passado representava US\$ 0,3 bilhões saltaram para 2,4 bilhões em 1919 e, uma década depois atingiu a cifra de 5,4 bilhões. Esse período coincide com a crise de 1929, momento de ocorrência de uma fuga de capitais de aproximadamente 5,4 bilhões, reduzindo-se drasticamente em 1940 para 3,8 bilhões. Esta fuga também atingiu a dimensão dos investimentos externos diretos, que se reduziu de 2,6 bilhões em 1929 para 1,6 em 1940. (Carmagnani, apud. Cano, 1999:288)

Para estudar o aprofundamento da crise que está posta na contemporaneidade na América Latina é necessário fazer uma breve digressão na história. Intenta-se, verificar uma das hipóteses centrais deste trabalho, isto é, que as políticas neoliberais praticadas na década de 1990 tem contribuído significativamente para o aprofundamento do quadro de exclusão social na região.

Neste contexto, a partir dos anos 80 com a "crise da dívida", os EUA constituem-se no coordenador hegemônico na condução das políticas econômicas para a América Latina, com o apoio das elites nacionais. No

período que compreende a década de 1980 houve uma convergência crescente neste sentido. Nesse mesmo período, a América Latina como um todo passou por uma crise de grandes proporções: fiscal, financeira, enfraquecimento do poder do Estado Nacional, fortalecimento crescente dos grupos financeiros ligados ao capital internacional, enfraquecimento político das associações, consolidação do poder de uma nova tecnocracia transnacional. É sob essas bases que rege nos dias atuais toda a política econômica para a América Latina.

## **2.1- 1929-1979: Meio Século de Excepcionalidade**

Deflagrada a "crise de 1929" anuncia-se o rompimento de um padrão de acumulação pautado no modelo primário exportador. Nesse contexto, as elites e o Estado sentiam-se precionados pelas potências centrais, e não agiram em defesa da economia nacional. A consequência imediata foi uma drástica compressão do emprego e da renda.

O período de 1929-1937 é marcado por problemas de natureza política e econômica. No caso do Brasil, este período é marcado pela ascensão do Governo Getúlio Vargas, com uma proposta política de caráter "nacional populista", trazendo como discurso central a necessidade de industrialização do país, uma vez que a economia brasileira estava sendo atingida por "insuficiência" do desenvolvimento das forças produtivas e também pelos efeitos da grande depressão. Naquele momento as economias centrais encontravam-se deprimidas, o comércio e as finanças extremamente fragilizados, sem uma visão clara de como reverter a situação nos quadros que estavam postos do imperialismo.

Praticamente todos os países da América Latina estavam embarcando na "onda" da industrialização, a maior parte desses países estavam instalando unidades de transformação industrial. Os países de menor porte limitaram-se às atividades de beneficiamento agro-industrial, enquanto os maiores países consolidavam as indústrias de bens de consumo tais como: têxtil, vestuário, calçados e mobiliário, além da química e metalúrgica. Aqueles países que não diversificaram seu parque industrial tiveram enormes dificuldades para elaborar uma política de defesa da economia nacional.<sup>22</sup>

No caso da economia brasileira, levando em consideração os sacrifícios despendidos na Segunda Guerra, no período de 1937-1945 foi possível o avanço no processo de industrialização, uma vez que, os países centrais estavam envolvidos na guerra nos deixando mais à vontade para conduzir os rumos da nossa industrialização, embora retardatária. Nesse período consolidava-se a industrialização em alguns países da América Latina, e quase todos os países de porte médio e grande, já contavam com alguns segmentos industriais, a exemplo da química e metalurgia.

No período de 1945-1955 o imperialismo sentiu-se fortemente abalado com a consolidação da União Soviética e com as conquistas do socialismo no leste europeu. Somavam-se a essas conquistas a vitória de Mao na China e a Guerra da Coreia (1951-52), abalando significativamente as relações dos EUA com a América Latina. Neste contexto, emerge a Guerra Fria (1946-47), abalando ainda mais as relações dos EUA com a América Latina. Frente a esta situação, as medidas adotadas pelos EUA

---

<sup>22</sup> Remetemos o leitor para examinar o trabalho de SEERS, 1962 a e b. apud CANO, 1999.

foram extremamente retaliadoras e repressivas, atacando de frente o nacionalismo e as forças progressistas no continente. Foi um período de muita turbulência e de sucessivos golpes militares, argumentando ser o imperialismo norte-americano uma tentativa de "restaurar a democracia".

As ações conservadoras na América Latina, no âmbito interno e externo, não poderiam trazer resultados promissores, uma vez que entre a crise de 29 e a década de 1950, a nossa participação no cômputo das exportações mundiais decresceu e, em contrapartida o PIB duplicou. Dessa forma, não haveria possibilidades reais de liberalizar as exportações, devido à incapacidade de geração de divisas (Furtado 1961, apud, Cano, 1999: 292).

No período de 1930-1950 surgem várias lideranças industrialistas para fazer face às pressões externas e internas. Dentre esses países da região, destacam-se: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México, Peru, Venezuela. A princípio, as pressões norte-americanas na América Latina nos anos 50 ocorreram com o intuito de unificar o mercado na região em torno de si, frente ao conflito coreano. Depois o Plano Marshall apresentava sinais de esgotamento, sendo assim a proteção dos mercados da América Latina constituíam-se numa necessidade estratégica para os norte-americanos.

Entretanto, as pressões de cunho liberal dos norte-americanos não frearam o avanço do processo de industrialização. Ao contrário, intensificou-se a resistência interna. A industrialização avançou até onde foi possível. O Estado por sua vez, supriu a debilidade do capital privado nacional, financiando a consolidação da indústria de petróleo, aço, produtos químicos básicos, infra-estrutura, bancos, transportes, energia e

telecomunicações. Neste contexto a industrialização passa a ser uma bandeira comum dos países latino americanos.

O período que compreende 1955-1973 representou o auge e o esgotamento do mais longo período de crescimento e transformação para os países ditos desenvolvidos, onde Europa Ocidental e Japão assimilavam o "sistema industrial norte-americano". No começo da década de 1960, começa a se manifestar os sinais de esgotamento do auge do ciclo de expansão dos EUA, com uma brutal redução de sua taxa de crescimento, esfacelamento do comércio exterior e de suas contas fiscais. Em contrapartida Europa e Japão começam a crescer.

Esses dois movimentos contratendentes viabilizam e aceleram a fuga de capitais produtivos e financeiros para o exterior. Num primeiro momento, das filiais norte-americanas para Europa e, depois dos capitais europeus e japoneses. Tanto os países centrais desejavam expandir suas posições na periferia quanto essas desejavam os investimentos para dar continuidade ao processo de industrialização.

A situação de desequilíbrio financeiro dos EUA se aprofundava, além de problemas econômicos específicos que podiam colocar em questão a sua hegemonia, mas por outro lado, sua ajuda externa à Europa e o Japão e os seus movimentos de investimentos no exterior originaram uma acumulação de excedentes financeiros que converteram no ponto de partida para o desenvolvimento da extraordinária "bola de neve" constituída pelo sistema financeiro internacional.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Para uma análise mais aprofundada da discussão em torno do sistema financeiro internacional nesta época ver Belluzzo (1997). In Tavares, M. C. e Fiori, J. L. (Orgs.) Poder e Dinheiro- Uma Economia Política da Globalização. Vozes, Petrópolis, 1997.

As dificuldades para dar continuidade à industrialização na América Latina cresciam, resultando em fortes tensões políticas. Nesse quadro nasce a luta pelas reformas de base que desembocou em sucessivos golpes militares em boa parte da América Latina, como por exemplo, o golpe militar no Chile com o apoio dos EUA em 1973.

Já a partir dos anos 70, a industrialização na região caminhava de forma lenta desigual e truncada. As economias da América Latina foram corroídas pela inflação galopante registrando progressivos déficits em transações correntes e no balanço de pagamentos. Para termos uma idéia da desaceleração:

*“O PIB latino-americano teve crescimento médio anual de 5,5% na década de 1960 e de 5,6% na década de 1970, mais nossa participação no comércio mundial caiu de 7,7% em 1960 para 5,5% em 1970 e 1980, embora nossas exportações tivessem crescido 3,6 vezes mais do que o PIB na década de 1970. A pauta exportadora já mostrava uma presença mais significativa de manufaturados, notadamente a dos principais países”. (Cano, 1999,:294)*

Na transição da década de 1960 para 1970 a América Latina apresentou um crescimento econômico "mediocre", e utilizou-se largamente do endividamento externo. No período de 1968 a 1973 o Brasil destaca-se como uma exceção em virtude do chamado "milagre econômico" às custas do aumento do endividamento externo, questão que vamos examinar com mais profundidade adiante.<sup>24</sup> Todavia, os problemas relacionados ao aumento da inflação, déficit estrutural e endividamento externo desenvolveram-se e cresceram no tempo, e abrindo possibilidades para o

---

<sup>24</sup> É importante chamar a atenção do leitor para examinar o trabalho de DAVIDOFF (1998), onde ele discute com muita propriedade o endividamento externo brasileiro nos anos 70.

aflorescimento de uma crise social sem precedentes na história da América Latina.

## **2.2- A Fase de Reestruturação Econômica e Ajuste no Mundo Periférico**

O período da década de 1960 é marcado por elevadas taxas de crescimento do PIB na América Latina, apoiado no financiamento externo. Na transição para a década de 1970, manifestam-se os primeiros sinais de crescimento do processo inflacionário.

Ao final da década de 1970, os juros começam a aumentar nos EUA, impulsionando a desvalorização do câmbio. Aquelas empresas e bancos de natureza privada que haviam contraído dívida externa, uma vez em que eles possuíam liquidez em moeda nacional, começaram a resgatar suas dívidas, liquidando-as com moeda nacional a seus governos. Estes por sua vez assumiram as obrigações externas dos agentes privados, o que passou a ser chamado “estatização da dívida”.

Na transição de 1970 para 1980 as taxas de juros sobem para patamares “catastróficos”. Em decorrência, surge uma quebra financeira de vários países: Polônia, México, Argentina e Brasil. Acrescentando ao que foi enfatizado acima, o processo de estatização da dívida externa teve como contrapartida o surgimento de uma elevada dívida pública interna. Frente à baixa credibilidade do Estado, essa dívida interna passou a ser negociada a altas taxas de juros. Acumulando-se dívidas pública interna e externa os problemas das economias latino-americanas

avolumaram-se ainda mais, através da elevação no sistema de preços, além do agravamento do déficit público com a contenção da receita fiscal.

Como consequência do processo de reestruturação econômica dos países centrais na década de 1980, nasce uma preocupação em "salvar" o sistema financeiro internacional, que os levou a pressionar a América Latina para o pagamento de uma parte dos juros da dívida contraído nos anos anteriores. Os regentes da "orquestra financeira internacional" imediatamente cortaram o crédito externo, porém, diante da percepção por parte dos EUA da impossibilidade de cumprimento dos serviços da dívida, por alguns países, este por sua vez, passou a socorrer só em situações extremamente emergenciais como foi o caso do México. Monitorado pelo FMI, o objetivo principal dessa concessão de ajuda era comprimir a demanda interna, permitindo assim a geração de excedentes para exportação, o que pagaria uma fração da conta.

De acordo com (Cano, 1999:297) os principais pontos que constituíam as propostas "negociadas" para encaminhar o processo de ajuste na América Latina nos anos 80 foram:

- 1) Política fiscal: cortes radicais nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos sociais e subsídios diversos) e no investimento público; houve poucas alterações, entretanto, na estrutura tributária;
- 2) Política monetária: contenção drástica da expansão dos meios de pagamentos, do crédito interno, e elevação das taxas de juros reais;
- 3) Política salarial: contenção dos reajustamentos e queda do salário real;



- 4) Política cambial e de comércio exterior: desvalorização do câmbio, incentivos às exportações e restrições às importações.

As três primeiras políticas atuaram no sentido de reduzir o consumo e o investimento (público e privado). Dessa forma, comprimiu-se também grande parte da demanda de importações. Já a segunda e terceira atuaram no sentido de conter o processo inflacionário; quanto a terceira, especificamente, reduziria os custos e melhora das relações câmbio/salários; a quarta e última atuaria no sentido de reverter o déficit comercial.

### **2.2.1- A Fase de Ajustamento nos Anos 90**

Uma vez realizada a reestruturação nos países centrais (embora incompleta), a necessidade das empresas transnacionais passa a ser a reestruturação dos sistemas econômicos na América Latina. Os obstáculos enfrentados seriam a soberania dos Estados Nacionais, podendo limitar suas investidas. Todavia, os "países centrais" estavam fortalecidos no âmbito dos seus Estados Nacionais, através de blocos como é o caso da CEE (Comunidade Econômica Européia).

De outra parte, as transnacionais junto com os bancos credores necessitavam por ordem novamente junto aos seus credores, atentando para o cumprimento das obrigações de pagamento dos juros da dívida externa de forma negociada, "discutindo", inclusive as liberalizações no sistema financeiro internacional em boa parte dos países periféricos. Na realidade, as regras dos acordos estavam vinculadas a uma política econômica de

cunho neoliberal voltadas para os interesses financeiros das transnacionais e da elite tecnocrata. Estas políticas vêm sendo aplicadas e desdobradas nos anos 90 na América Latina para atingir os objetivos dos países centrais. Os eixos centrais da política neoliberal são: redução do papel do Estado, privatizações, desregulamentações e por último a abertura comercial (Cano, 1999:299).

A forma como o discurso ideológico foi abordado pelos "países centrais" conduzia a necessidade de "modernização" da periferia para assim estes últimos fazerem parte do rol dos países desenvolvidos. Ao adotarem as políticas econômicas neoliberais com uma "dose" muito forte de abertura do comércio internacional, a periferia se expôs a concorrência numa relação desigual, onde eficiência, produtividade e competitividade se converteram em palavras "chave" do discurso neoliberal, resultando no aprofundamento da exclusão social em diversos níveis, sem precedentes na história da América Latina.

### **2.3- O Caminho de "par em par" do Ajuste e das Reformas Estruturais**

Na transição da década de 1980 para 1990, o panorama político internacional opera mudanças significativas tais como: implosão do mundo socialista, desaceleração da economia mundial dos países centrais e uma substancial queda das taxas de juros. As mudanças que ocorreram nessa transição beneficiaram os países centrais, que visaram com os seus mecanismos de política econômica originar um mercado exterior para realização dos excedentes exportáveis.

Com a desaceleração da economia a recessão intensificou-se e, foi necessário ir a busca de emprego para o capital ocioso, impondo o ajuste e a reforma. Neste contexto, os programas de estabilização que surgiram assemelhavam-se em grande medida aos anteriores. Estes tinham como eixo central: política de contenção salarial; restrição da moeda e do crédito, alta taxas de juros; ajustamento fiscal com intuito de reduzir o déficit público.

A diferença marcante com relação aos programas de estatização anteriores se expressava na política de desvalorização cambial, ao passo que a política econômica centra-se na valorização cambial. O câmbio valorizado estimula as importações e reduz a exportações. Com o câmbio desvalorizado a situação se inverte. Uma outra diferença marcante é ausência de congelamento de preços.

As reformas cambiais e comerciais foram as que mais se generalizaram e se anteciparam na maioria dos países da América Latina. Chile e Argentina experimentaram em 1973 e 1976, respectivamente, México e Bolívia em 1985 e o restante dos países da região a partir de 1988. Tais reformas propunham drásticas reduções das tarifas alfandegárias, das barreiras aos fluxos de importações e a exportações e liberalização e unificação do mercado cambial.

Acrescentaram-se também as reformas no campo financeiro, começando a ser praticada inicialmente pelo Uruguai em 1985 e, no Brasil em 1988, Costa Rica, Paraguai e demais países da América Latina à partir de 1989-90. As reformas consistiram basicamente em trazer para os mercados latinos as principais modificações ocorridas no mercado financeiro internacional (como mercados a termo, futuros, securitização e etc.); reformular as instituições internas (Banco Central, Instituições

Financeiras, Bolsas de Valores etc.), com o objetivo de agilizar as operações financeiras internas e externas; diminuir os encaixes sobre depósitos, liberalizar os juros, reduzir o crédito “dirigido” e subsidiado, e, fundamentalmente, promover a internacionalização dos sistemas financeiros nacionais (Cano, 1999:301).

As reformas ainda atingiram a dimensão da administração pública, reforma patrimonial do Estado que significa privatizações de ativos públicos. Vários países da América Latina passaram pela reforma do Estado. O caso que cabe destacar é o da Argentina por ter sido o mais radical.

Do conjunto das reformas imprimidas na América Latina, as privatizações parecem ter sido um dos mecanismos mais fortes para beneficiar os países centrais, resultando numa compressão do Estado na região e conseqüentemente do seu patrimônio. Para termos uma idéia dos resultados das privatizações é importante deixar claro que o valor médio destas no período de 1990 a 1997, foi menos de 1% do PIB, estando muito aquém do volume dos juros da dívida interna e externa, o que significa a negação do argumento que relaciona a venda do patrimônio público como uma forma de minimizar a carga exercida sobre o Estado pelo pagamento dos juros sobre a dívida pública.

Por outro lado, esse processo representa atualmente parcela importante do investimento direto estrangeiro, tendo atingido, no total acumulado entre 1988 e 1995, a proporção de 45,8 e 31%, na Argentina, Peru e Venezuela, respectivamente. No período de 1990 a 1997, o total das privatizações na América Latina atingiu o patamar equivalente a US\$ 97,2 bilhões (CEPAL, 1997:50; 1997-1998, apud, Cano, 1999:303).

Não podemos deixar de considerar e destacar no âmbito das reformas, a reforma no mercado de trabalho. As condições postas na América Latina estão muito distantes da condição de promover o aumento dos postos de trabalho e elevar os níveis de bem-estar-social. Na realidade as taxas de desemprego têm sido muito altas, além de um crescimento econômico modesto, a precarização das relações de trabalho e a informalização estão assumindo patamares elevados acompanhado de uma queda significativa dos salários reais.

Com relação à previdência social Uthoff (1995, apud, Cano, 1999:304-305) mostra através de dados e simulações, considerando o aumento mais que proporcional da parcela de maiores de 65 anos na estrutura etária latino-americana e a alta taxa de informalização do mercado de trabalho (55% em 1993) a necessidade de um aumento anual do salário real em 1,5% e um aumento do emprego formal de 1,7% (resultando no crescimento da renda de 3,3%) para que o atual sistema de repartição pudesse manter constante a relação pensão/taxa de contribuição.

As reformas das relações de trabalho têm como eixo central a diminuição dos custos do trabalho sem a diminuição da jornada de trabalho acompanhada de redução de salário, redução de encargos trabalhistas (o que vem sendo realizado em diversos países da América Latina), rompimento da estabilidade e flexibilização do mercado de trabalho através da legalização de contratos temporários. Estas reformas começaram a ser instaladas a partir de 1990 (com exceção do Chile, onde elas tiveram início no começo da década de 1980). No entanto, o número de países que as realizaram é ainda pequeno.

## 2.4- Resultados das Reformas

Do ponto de vista dos preços as políticas de estabilização obtiveram resultados relevantes. Os preços ao consumidor atingiram um crescimento médio anual de 364% no período de 1988, chegando a 1680% em 1990 e, estimou-se em 11% no período de 1997-1998, tendo aumentado no período de 1999 na maior parte dos países da América Latina. Esta queda foi em grande medida importante para coroar o êxito dos programas da Argentina e do Brasil em 1994. Apesar disso, a maior parte dos atuais processos de estabilização padece da armadilha que é a sustentação na valorização cambial. Essa valorização vem demonstrando sua fragilidade diante da crise do balanço de pagamentos ou ataques especulativos. Tal fragilidade vem se manifestando concretamente nos casos do México (1995-97), Venezuela (1993-96 e 1997-98), trazendo de volta o aumento dos preços, instabilidade e crises sucessivas (Cano, 1999: 305-306).

O núcleo central dessas políticas se resume em:

- 1) Juros reais elevados, praticados acima do mercado internacional. Após 1991 e 1994 houve uma pequena redução, mesmo assim a intensificação das crises fez com que os juros voltassem a crescer no período de 1994, 1997 e 1998;
- 2) Controle brutal da expansão dos meios de pagamento. Porém, o expressivo aumento da entrada de capital estrangeiro culminou no

aumento da liquidez real, impulsionando o crédito privado, anulando em parte os efeitos da política monetária;

- 3) Câmbio valorizado. Se tomada a média 1987-90=100, teríamos taxas de câmbio reais efetivas ( para exportação), em 1998, de 51 para o Peru , 56 para o Brasil, 68 para a Argentina, 74 para a Colômbia, 85 para o Chile e 84 para o México (devido à desvalorização de 1995, com a crise);
- 4) Orçamento fiscal. Poucos países aumentaram as receitas em proporção ao PIB e vários cortaram os gastos (notadamente em pessoal, gasto social e investimentos), resultando em uma diminuição acentuada dos déficits observada durante a década de 1980 e, nos primeiros anos da década de 1990. Contudo, a partir de 1994-95, de 19 países que informaram suas contas, 12 voltaram a aumentar seus déficits, e o Chile aumentou seu superávit; o Brasil, entre os principais países é o que ostenta os maiores déficits.

Os objetivos da conjunção dessas políticas foram atingidos: os juros elevados permitiram a atração do capital externo, uma vez em que o câmbio valorizado estimulava em grande medida o fluxo de importações, sobretudo, ancorando os preços internos.

Essas políticas resultaram, numa redução significativa da participação da América Latina no PIB mundial, bem como nas exportações. Os limites da política de abertura comercial, manifestaram-se na redução do fluxo de importações mundiais. No período de 1980, registrou-se uma redução de 5,5% para 4,5%, em 1999, registrando apenas uma elevação para 5,0% em 1996. Em decorrência, de crises e melhoria dos preços das exportações, no período de 1990 e 1998, atingira, a taxa média anual de 9,3%, ao passo que as exportações assumiram a taxa de 14,6%, alterando significativamente a

balança comercial de quase toda a América Latina. A principal origem dessa reversão latino-americana foi o extraordinário aumento das exportações dos EUA para a América Latina, que após 12 anos (1985-1997) aumentou de US\$ 35 bilhões para US\$ 107 bilhões em 1995 (CANO, 1999:306).

Neste contexto, o déficit em transações corrente aumentou progressivamente. Para termos uma idéia o déficit nesta conta em 1989 era US\$ 9 bilhões atingindo o patamar de US\$ 47,7 bilhões em 1994; isto significa dizer que o déficit aumentou mais de 100% ao ano em média, provocando o esfacelamento da economia mexicana e abalou também a economia argentina. No período de 1995 e 1996, em decorrência, da retração econômica, ainda que temporária do México e da Argentina e com a valorização do real brasileiro, o déficit diminuiu para o patamar de US\$ 32,2 bilhões e 35,5 respectivamente. Neste ínterim, o Brasil aparece como um país "quebrado", cujo saldo passa de uma cifra positiva de US\$ 1,6 bilhão em 1990, para uma cifra negativa de US\$ 18,0 bilhões em 1995, 24,3 em 1996 e 32,5 em 1998.

No que diz respeito ao comércio exterior, no período de 1990 e 1992, pelo lado das exportações houve um aumento expressivo, assumindo o patamar de 104% para o conjunto da América Latina; no caso do México as exportações aumentaram 188%, já as importações no conjunto cresceram 197% e no caso do México 199%. Exceto o México, as exportações cresceram muito menos do que as importações em praticamente toda a região.

Com o surgimento do Mercosul houve uma intensificação do comércio interno da região. Aproximadamente 1/3 das vendas totais



destinavam-se para o mercado intrabloco. Mesmo assim, os problemas no interior do bloco tornaram-se sérios para a continuidade e aprofundamento da integração, devido a heterogeneidade dos países participantes, em termos estruturais (produção, renda, estrutura fiscal, salários etc.).

Não podemos deixar de levar em consideração que o processo de integração regional emergiu num contexto em que os países sócios estavam passando por um processo de estabilização, principalmente (Brasil e Argentina). No caso da economia Argentina, iniciava-se o programa de estabilização, que culminaria com o congelamento do câmbio e, depois sua valorização.

No caso da economia brasileira, o programa caminharia por mais quatro anos, com sua inflação e política de desvalorizações cambiais periódicas. Essa política fez com que o Brasil atingisse altos superávits no período 1991 e 1994. Nesse ano, o Brasil adotou uma política de valorização cambial, alterando os preços relativos entre as duas moedas nacionais, revertendo os saldos anteriores, (só que de sinal contrário), amortecendo dessa forma o grave problema cambial argentino, que poderá voltar mediante a mudança cambial brasileira de 1999, demonstrando a fragilidade e instabilidade dessa política.

O resultado das políticas liberatórias do capital estrangeiro ajudou a reverter a situação anterior. O fluxo líquido da conta de capital no período de 1977-81 foi de 5,3% do PIB e reduziu-se para 1,3% em 1983-89, chegou a 2,6% em 1990-91, 4,3% em 1992-94, e devido às crises em 1991-94 diminuiu para 3%. Caso, excluirmos dessas cifras as entradas de capitais não autônomos, o fluxo líquido que restaria seria -1,9% em 1983-90, em

1991-94 3,2% caindo para 1,6 em 1995 e aumentando para 3,6 em 1996. (CEPAL, 1997; Held e Szalachman, 1997 apud Cano, 1999: 308)

Na realidade, o ajuste consiste em aumentar a dependência, incentivo a grandes entradas de capitais para financiar o "buraco" na conta de transações correntes e das amortizações da dívida. No entanto, a proposta de ajuste não levou em consideração a volatilidade e o movimento cíclico nos países ditos desenvolvidos. Uma vez em que às reações conjunturais dos capitais voláteis de curto prazo são automáticas frente a variações nas taxas de juros reais, esses por sua vez, migram para onde as taxas forem crescentes em busca de ganho fácil, intensificando as crises estruturais e a exclusão social na América Latina.

No tocante aos investimentos e a produção observa-se que o coeficiente de inversão bruta fixa cresceu modestamente, do nível de 27,6% em 1980, decresceu para 19% durante toda a década; chegou em 1991-93 a 20% e, 1994-95 21,5%, decrescendo para 20,7% em 1996, em boa parte da América Latina. Esses dados comprovam a redução dos investimentos produtivos, manifestando-se na estagnação do crescimento da produtividade, na maioria dos países da região, em alguns casos o crescimento foi modesto.

O fraco desempenho pode ser atribuído às elevadas taxas de juros praticadas no âmbito interno. A natureza própria e a dinâmica do atual modelo de caráter importador têm causando um aumento do fluxo de importações, além da drástica redução dos investimentos públicos.

Analisando do ponto de vista macroeconômico, levando em consideração a natureza desse modelo importador, onde o investimento é modesto, restringindo o crescimento que precisa contar com a expansão do

consumo. Para realizar a expansão desse consumo tem-se utilizado, em grande medida, de forma crescente o financiamento externo, através do qual o sistema bancário vem aumentando o financiamento ao setor privado. No período de 1989 e 1995 os países que obtiveram a maior entrada de capital foram: Argentina, Chile, Equador, México, Paraguai e Peru. Neste mesmo período, o crédito ao setor privado, em relação ao percentual do PIB passou de 100%.

No período de 1981 a 1990, o PIB latino-americano cresce a uma taxa anual de 0,9% e, no período de 1990 a 1997, atingiu 3,3%. Contudo, o movimento não foi uniforme durante o período: de 3,3% em 1991-92, 4,8% em 1993-94, decrescendo para 1,8% em 1995-96, aumentando para 3,7% em 1998. Analisando de país para país, o exame dos dados, entre 1990 e 1998, mostra que cada país sofreu pelo menos duas crises ou fortes desacelerações: Argentina e Chile, duas; Brasil, Colômbia e México, três; Peru e Venezuela, cinco. (Cano, 1999:311).

Em síntese, a interpretação dos dados acima, indica que o modelo que vem sendo adotado na década de 1990 permite o crescimento, em alguns casos, das taxas elevadas até o ponto em que suas possibilidades de crescimento resistam, seja no âmbito interno ou externo. No âmbito interno: inflação, crise fiscal, crise política e no externo: ataques especulativos, dificuldades de financiamento externo, redução dos preços internacionais para alguns produtos. No caso do Chile o cobre e no caso da Colômbia, México e Venezuela o petróleo. A saída na maioria das vezes adotada foi a recessão, desaceleração, resultando na maioria dos casos, na intensificação dos problemas sociais e desemprego, além do elevado aumento do endividamento externo.

Os impactos das políticas de ajuste também atingiram o setor produtivo. No caso do setor agropecuário no período de 1989-97 a taxa média de crescimento anual foi de 2,6%, em virtude da expansão das exportações, beneficiadas de certa forma pela recuperação parcial (depois de 1993, mas com reduções em 1996) de alguns preços externos e, também devido à retirada de impostos sobre suas exportações, aumento da demanda interna de matérias primas (apesar do baixo crescimento registrado pela indústria) e também de consumo.

- 1) A primeira dimensão relaciona-se às estruturas da produção, onde há uma coexistência e interação de múltiplos processos que podem fornecer lugar a variadas modalidades de interdependência e complementação técnica, envolvendo a coexistência de estabelecimentos de grande escala e alta tecnologia com aquelas unidades de subsistência com formas produtivas pré-industriais. Neste âmbito são considerados três aspectos básicos: produtividade física do trabalho, a escala operacional dos estabelecimentos, e a divisão, especialização e hierarquização das funções produtivas.
- 2) A segunda dimensão se refere às relações sociais que se articulam em torno desses processos produtivos. Tais relações sociais também se diferenciam e coexistem. No topo da pirâmide, estão aquelas relações correspondentes aos estabelecimentos de maior produtividade física, apresentando uma maior escala operativa e diferenciação interna de suas funções produtivas e com conhecimento técnico elevado. Na parte inferior da pirâmide, sobrevivem em áreas rurais as formas senhoriais de incorporação da força de trabalho, onde os direitos trabalhistas praticamente inexistem. Nas áreas urbanas e metropolitanas aumentam os estratos de trabalhadores que possuem nenhum vínculo trabalhista “situados na margem” ou trabalhadores informais com baixa qualificação.
- 3) A terceira dimensão se refere à política responsável pelo ordenamento institucional que respalda o funcionamento das

relações de poder, assumindo esta dimensão uma relativa autonomia.

Partindo da conceituação dada acima em torno da natureza e composição da heterogeneidade estrutural na América Latina, passaremos a identificar as forças que conformaram sua estrutura, reproduzindo-as e intensificando-as no tempo.

As formas que assumiu o processo de desenvolvimento na América Latina têm conduzido a uma concentração do progresso tecnológico e de seus frutos, destacando-se nos principais eixos:

- 1) Do ponto de vista espacial, observa-se a localização de forma predominante nas regiões metropolitanas da maioria das indústrias de transformação e dos serviços técnicos, financeiros e de infraestrutura. A contraface desse processo é a marginalização (absoluta ou relativa) de áreas importantes, tanto na zona metropolitana como na zona rural.
- 2) Nos setores produtivos, há uma coexistência de estratos detentores de alta tecnologia e produtividade com aqueles setores praticamente de subsistência.
- 3) Levando em consideração a sociedade como um todo, a distribuição pessoal da renda reflete relativamente à distribuição social dos recursos. A concentração de recursos e da renda impactam e determina o perfil e a dinâmica da oferta e, portanto, a estrutura global da produção e da apropriação de bens e serviços, num processo que conduz ao aumento da exclusão social. (SOARES, 1999:27).

## 2.6- Semelhanças e Diferenças na Implementação das Políticas de Ajuste

Uma parcela significativa dos países do território latino-americano vem utilizando e introduzindo elementos da ortodoxia na elaboração de suas políticas econômicas, assumindo formas e graus de intensidade diferentes. A maior parte das políticas econômicas teve como objetivos: a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de obter uma maior competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas, principalmente naquelas economias submetidas a processos inflacionários crescentes.

Nessa perspectiva, (Gonzalez, 1982 apud Soares, 1999:27) argumenta que existe uma necessidade de identificar diferentes casos de abertura comercial e de retorno a ortodoxia. Mesmo com o reconhecimento da variedade de argumentos em torno do processo de ajuste, pode-se sintetizar em praticamente dois tipos: o primeiro assume um caráter mais doutrinário, no qual se aplicam os princípios do liberalismo econômico; o segundo tipo assume um caráter mais “pragmático” no qual os objetivos de abertura econômica e de estabilização se condicionam à obtenção de outras metas de crescimento econômico e de justiça social.

A primeira diferença denotada entre ambos os tipos, diz respeito à intensidade e o ritmo com que se persegue os três objetivos mencionados anteriormente. A segunda diferença relaciona-se à estratégia de desenvolvimento no longo prazo, principalmente, para dar continuidade ao

processo de industrialização. O tipo doutrinário não se limita apenas aos ajustes graduais e parciais, pois estende a possibilidade de desmonte dos setores produtivos que possuem uma longa tradição na produção, mas que no momento não apresentam competitividade no mercado internacional com os produtos similares importados. Defende-se que o crescimento industrial deve necessariamente caminhar na direção do "livre jogo das forças de mercado".

Uma outra diferenciação que pode ser identificada diz respeito às concepções sobre as funções do mercado e do Estado no processo de distribuição das riquezas. Para a visão "pragmática" a interação do Estado com o mercado é extremamente complementar. No caso doutrinário as funções do Estado relativas à produção devem limitar-se às do Estado, não devendo influenciar no destino dos recursos, deixando-os a critério do mercado. Paralelo a essas diferenças caminham posições diferentes no tocante à operação de políticas econômicas.

Por outro lado, as diferenças explicitadas acima traduzem e trazem conseqüências importantes em outros aspectos muito relevantes para a sociedade e para o processo político. Nos casos que assumem um caráter "pragmático" tornaria-se-ia mais factível a consolidação de processos democráticos para evitar e amenizar algumas causas fundamentais de tensão social e política. Nos casos mais doutrinários tornou-se mais evidente a necessidade de governos autoritários, sendo mais lento e gradual o processo de abertura política. (Soares, 1999).

A preocupação com tais diferenças também foi explicitada por (Tavares e Fiori 1993 apud, Soares, 1999:28) ao analisarem três países latino-americanos - Chile, México e Argentina - visando confrontar suas



trajetórias política e econômica com as do Brasil na década de 1990. As diferenças são identificadas com o objetivo de demarcar os obstáculos aos avanços da política de ajuste, comuns em seu ideário na sociedade brasileira. Tais diferenças se localizam na natureza institucional, consolidada ao longo da história, como também da natureza conjuntural, atrelada às correlações de forças nacionais e internacionais, influenciando em maior ou menor grau na implantação das políticas defendidas pelo reformismo liberal. Ainda acrescenta-se outro elemento na diferenciação: o fator tempo, a exemplo do caso do Chile, onde o processo de ajustamento começou na década de 1970 (sendo utilizado como modelo para a elaboração do “Consenso de Washington”). O México também se tornou um exemplo onde o ajuste ocorreu depois da metade da década de 1980; e o Brasil na transição da década de 1990.

No caso da América Latina, na década de 1990 operam-se mudanças no caráter do ajuste. Uma vez “reestruturada” a economia norte-americana, prevaleceu o interesse pelas exportações e, a América Latina converteu-se nesse mercado para a assimilação das exportações dos EUA. No início dessa mesma década houve uma redução na balança comercial da América Latina. Os casos mais expressivos foram do México e Argentina. Para que a América Latina ingressasse na “era do globalismo” a abertura comercial converte-se numa condição “*sine qua non*”.

Tavares e Fiori (1993) concordam que as diferenças na implementação das políticas de ajuste por parte dos países latino-americanos derivam essencialmente do tipo de trajetória econômica, social e política percorridas por esses países antes da crise dos anos 80. Tais trajetórias, baseadas em estruturas diferentes, traduziam-se em diferentes

instituições políticas, sistemas partidários e organizações sindicais e empresariais.

Analisando as tentativas de ajuste e estabilização no Brasil (Tavares, 1993 apud Soares, 1999:29) admitem como paradigmático o caso do Chile e, também as experiências do México e da Argentina. Seu objetivo é o de não apenas mostrar a especificidade brasileira, mas evidenciar o caráter contraditório, e igualmente específico, que tiveram tais experiências; chamando a atenção para a distância existente entre os processos reais e as doutrinas assumidas pela política de estabilização.

O ajuste na sua forma convencional do balanço de pagamentos conseguiu, através de políticas macroeconômicas recessivas e políticas cambiais ativas, atingir superávits comerciais para pagar em parte os serviços da dívida externa. Apesar do “êxito”, o ajuste recessivo não conseguiu estabilizar as economias marcadas por inflações crônicas e com restrições externas brutais, provocando um *trade-off*<sup>25</sup> negativo sobre a arrecadação fiscal e um alto grau de endividamento interno, conduzindo a desajustes de natureza fiscal e patrimonial no setor público.

A hipótese que se refere à desregulação dos mercados financeiros e a abertura comercial irrestrita, preconizados com “reformas estruturais” pelas políticas neoliberais, enquanto não sinalizarem na direção de atingir um certo grau de estabilização e crescimento econômico com inserção de fato no mercado internacional, continuarão provocando desequilíbrios no

---

<sup>25</sup> Em economia, expressão que define situação de escolha conflitiva, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta inevitavelmente outros. Por exemplo, de acordo com as concepções keynesianas modernas, em determinadas circunstâncias a redução da taxa de desemprego apenas poderá ser obtida com o aumento da taxa de inflação, existindo, portanto um *trade-off* entre inflação e desemprego. (Sandroni, 1994).

balanço de pagamentos, além da reposição periódica de restrições ao crédito interno, condicionando ao retorno das políticas monetárias e cambiais. As experiências do Chile, Argentina e México nos anos 80, demonstraram que a instabilidade financeira e cambial pode conduzir a insolvência do sistema bancário, exigindo intervenções no mercado financeiro. (Soares, 1999:30)

## **2.7- Desigualdade Social na América Latina: Componentes Estruturais e Impactos dos Processos de Ajuste**

A abordagem em torno da desigualdade social na América Latina foi feita por vários prismas: no começo houve uma exploração da temática da equidade enfocando a natureza desigual na distribuição do progresso técnico e de seus frutos; logo depois os estudos concentraram-se nos estilos de desenvolvimento; também houve uma atenção voltada para a avaliação do estudo das estratégias internacionais de desenvolvimento. Neste contexto a preocupação com a pobreza também mereceu destaque frente às mudanças na estrutura social<sup>26</sup>.

As avaliações sobre o panorama social da América latina indicam alguns progressos no campo da saúde, educação e habitação, que se expressam no aumento da expectativa de vida e, na diminuição das taxas de mortalidade infantil, aumento da média dos anos de estudo, crescimento do acesso a água potável, saneamento e acesso ao serviço de esgoto, acesso a medicamento e vacinas. A soma desses indicadores correspondeu a uma melhoria da qualidade de vida na região. Estes resultados positivos

---

<sup>26</sup> Para aprofundar a discussão aqui exposta ver: CEPAL, 1999, Soares, 1999; Shossudovsky, 1999.

aconteceram em decorrência do aumento dos investimentos públicos na infra-estrutura social. (CEPAL, 1991 apud Soares, 1999:31).

Mesmo assim, apesar da melhoria, a distribuição dos frutos do desenvolvimento, em termos de renda e a melhoria ao acesso aos serviços públicos, foram limitadas e insuficientes para eliminar e reverter a expressiva desigualdade social acumulada ao longo da história. Em alguns países da região foi possível constatar casos em que houve uma melhoria relativa dos salários urbanos, no entanto, os indicadores globais de distribuição de renda não melhoraram na maior parte dos países do território latino-americano.

*“ Nos estudos sobre a equidade no panorama social da América Latina nos anos 80 fica evidente os impactos negativos da evolução do nível e da estrutura do emprego, que conjuntamente com a queda na renda média e o caráter regressivo de sua distribuição, configuram um cenário de deterioração das condições de vida e de redução das oportunidades da maioria das famílias”. (Soares, 1999:31)*

A idéia explicitada acima pela a autora permite o reforço da hipótese central deste trabalho que parte da premissa de que a exclusão social na América Latina intensificou-se em três dimensões: decréscimo da renda, precarização das relações de trabalho (redução do emprego) e deterioração da qualidade de vida.

A deterioração das condições sociais dos estratos da sociedade de baixa renda é denotada através dos estudos da evolução social da América

Latina durante os anos 80 apresentando os seguintes resultados (Soares, 1999)<sup>27</sup>:

- Retrocesso no desenvolvimento interno através da transferência de mão-de-obra de alta produtividade para outras de baixa produtividade e rendas inferiores;
- Aumento da heterogeneidade produtiva e a desigualdade na distribuição da renda, marcada pela coexistência de setores modernos de alta produtividade com a expansão de setores produtivos de baixa produtividade;
- No período de crise, os países que apresentaram maiores aumentos no desemprego aberto viram reduzida a importância relativa do trabalho industrial e público (exceto o Brasil onde o emprego público exerceu um papel importante nos anos 80);
- Além de baixa a renda na atividade produtiva, a repartição se deu de forma desigual: redução drástica de salários e de renda dos empregados de baixa qualificação, os lucros dos donos dos meios de produção foram pouco afetados e em alguns casos cresceram;
- No que diz respeito à renda per capita houve uma distribuição desigual, decrescendo na maioria dos países latino-americanos;
- Na maior parte dos casos, os 5% mais ricos sentiram o aumento dos seus ingressos, enquanto os 75% mais pobres viram a situação inversa, aumentando o descompasso entre bem-estar e pobreza;

---

<sup>27</sup> Para efeito de enriquecimento da análise ver Anexo 2, que mostra a evolução de alguns indicadores sócio-econômicos em 14 países da América Latina, os demais anexos serão utilizados ao longo da pesquisa para mostrar as três dimensões da análise em torno da exclusão social mencionadas inicialmente.

- Aumentou o percentual da população em situação de extrema pobreza (uma fração dessa população tornaram-se indigentes) revertendo-se as tendências das três décadas do pós-guerra;
- Atualmente, os pobres urbanos na América Latina são mais numerosos do que os rurais;
- Uma proporção importante dos estratos médios urbanos é agora mais vulnerável aos efeitos das novas políticas de estabilização e ajuste;
- Apesar da crise, durante a década de 80 continuou aumentando o nível educacional da população (exceto Brasil, onde houve um aumento proporcional do analfabetismo);
- Apesar dessa expansão na educação, a América Latina ainda não conseguiu que uma importante proporção da população alcance os níveis educacionais requeridos por aquelas ocupações que geram níveis aceitáveis de produtividade;
- Os avanços globais em termos educacionais não foram acompanhados por ganhos equivalentes com relação à renda;
- No final da década de 1980 o número total de jovens que não estudam nem trabalha foram maiores do que no início da década. Esta situação afeta principalmente os estratos da população de baixa renda, conduzindo a maioria dos jovens a marginalização;
- Ao agravamento verificado durante a crise da situação dos estratos de renda mais baixa acrescentou-se, como fenômeno digno de

destaque, uma deterioração da qualidade de vida dos estratos médios urbanos;

Em estudos concluídos recentemente pela CEPAL, foi realizada uma atualização do panorama social da América Latina. A preocupação com a equidade se manteve, com enfoque central na dimensão do social: emprego, distribuição de renda e pobreza, bem com os aumentos e diminuições em termos de igualdade entre estratos sócio-econômicos, nas categorias de gênero e localização geográfica: rural e urbana no tocante às condições de vida e oportunidades de mobilidade social. (Soares, 1999).

Em síntese, os resultados desses estudos apontam que no início da década de 1990, a recuperação de algumas economias no território latino-americano não possibilitou efeitos visíveis no campo social.

No que diz respeito ao emprego, apesar de não serem observadas elevadas taxas de desocupação característica da maior parte dos países da América Latina em períodos de crise econômica, a exemplo da Argentina e México, as taxas de desemprego permaneceram elevadas, devido às políticas de ajuste aplicadas nesses países. Em alguns países do território latino-americano no final da década passada registraram-se alguns avanços no campo do emprego. Estes por sua vez foram insuficientes, para reverter a magnitude da população em condições de pobreza e indigência. No começo da década de 1990 boa parte dos países latino-americanos apresentaram níveis de concentração de renda mais elevados do que no início da década de 1970. Por outro lado, os salários reais declinaram na década de 1980, mesmo que nos três últimos anos desta mesma década a situação se inverteu em decorrência do efeito positivo do crescimento econômico. Todos estes

fatores conjugados, mencionados acima, influenciaram no aumento da pobreza, cuja incidência vem crescendo paulatinamente na década de 1990.

Do ponto de vista do emprego e da distribuição de renda, observa-se que o aumento dos índices da composição do emprego assalariado no setor ocupacional, demonstrando a intensificação da precarização das relações de trabalho. Para ter-se uma idéia do total de cada dez ocupados na zona urbana na América Latina sete pertencem a categoria de assalariado. Isso resulta, diga-se de passagem, no aumento da exclusão social na dimensão do emprego.

Podemos resumir as principais características da evolução do emprego formal da seguinte forma: i) leve diminuição de sua importância relativa com relação ao total de emprego; ii) perda significativa de gravitação do emprego industrial e aumento dos assalariados no setor terciário; iii) descenso menos acentuado da participação do emprego público; iv) aumento da ocupação na pequena e micro empresa, em detrimento do emprego em estabelecimentos de maior porte; v) queda da participação do emprego doméstico dentro do total. (Soares, 1999).

No que diz respeito às características da estrutura do emprego urbano observa-se um aumento do contingente de ocupados nos estratos de baixa produtividade da economia, ou seja, aqueles trabalhadores de "baixa qualificação", que na América Latina representam atualmente 30% no Uruguai, mais de 40% no Brasil do total de ocupados. Naqueles países de maior tamanho e com elevados índices de pobreza, esse percentual aumenta para mais de 50%. Embora possa ser feita esta constatação, na realidade o desemprego afeta até os estratos de "alta qualificação".



Dando continuidade a discussão em torno da distribuição da renda é importante destacar alguns aspectos:

*“i) a maioria dos países da região sofreu um retrocesso significativo em termos de equidade nos períodos de crise e depois com os processos de ajuste estrutural, uma vez que no início dos anos 90 a estrutura da distribuição da renda mostrou-se mais concentrada do que no final da década de setenta; ii) o aprofundamento da disparidade distributiva decorre da queda brutal da renda familiar correspondente aos dois primeiros quartis (níveis de renda abaixo da média), em comparação com os ganhos (ou perdas menores de renda dos 5%, e até 10%, das famílias mais ricas)” (Soares, 1999)*

Os efeitos sociais do ajuste na primeira metade dos anos 80 podem ser visto através de alguns indicadores: renda por habitante, taxa de desemprego aberto, subemprego e declínio dos salários.

No período destacado acima, constata-se na região uma redução na renda por habitante de 14%; no tocante ao desemprego aberto verifica-se uma deterioração relevante, em decorrência das políticas de ajuste praticada no início dos anos 80. Em paralelo ao desemprego aberto, desenvolveu-se também um aumento significativo nos níveis de subemprego, o qual em alguns casos serviu como “amortecedor” frente ao crescente desemprego. Seguindo esta perspectiva, no próximo capítulo, pretende-se analisar a precarização das relações de trabalho no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo e o conseqüente aumento da exclusão social.

### CAPITULO III

#### **Globalização, Precarização do Trabalho e Exclusão Social**

Os impactos da globalização apresentam-se de forma cada vez mais forte e difusa em quase todas partes do mundo, modificando preferências, hábitos e culturas. Com a globalização dos mercados o mundo tornou-se mais aberto, mas os efeitos dessa abertura têm provocado um aumento bastante expressivo de cortes de postos de trabalho e uma crise financeira, sentida em maior proporção nas "economias periféricas" que atualmente são afetadas com as políticas de desvalorização cambial, contribuindo para a intensificação da precarização das relações de trabalho.

A deterioração das relações de trabalho não pode ser atribuída unicamente à abertura dos mercados. Paralelo a essa abertura, nossos governos desregulamentaram o comércio externo e o sistema financeiro, extinguiram o controle dos preços e criaram uma âncora cambial para estabilizar os preços tornando a economia latino-americana muito vulnerável e dependente à entrada de capital estrangeiro. Tais modificações ocasionaram por sua vez, um aumento dilacerado no desemprego e no subemprego e, conseqüentemente, na exclusão social.

A ideologia neoliberal defende que a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados abrem as possibilidades de resolver as contradições do capitalismo, dentre estas a exclusão. A relação entre Estado e mercado, ou entre público e privado, se funda em concepções opostas. (Singer, 1999:3).

Partindo da perspectiva de análise descrita acima, é importante acrescentar que o processo de desregulamentação dos mercados tem sido

muito perverso para as economias "periféricas", uma vez que estas são expostas à concorrência com os "países centrais". Ao mesmo tempo em que os "países centrais" defendem a abertura comercial e a desregulamentação, protegem aqueles setores mais frágeis de suas economias. A estratégia de desregulamentação posta pelo receituário neoliberal, ao contrário do que defende tem intensificado as contradições do capitalismo, resultando no aprofundamento da precarização das relações de trabalho e da exclusão social.

Para efeito de ilustração do aprofundamento da precarização das relações de trabalho no caso brasileiro, recuperamos os dados da tabela a seguir, que trata do comportamento da estrutura ocupacional da população economicamente ativa no Brasil.

**TABELA 1- POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO  
CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS NO BRASIL (1981-1990)**

(em porcentagem)

CATEGORIAS SÓCIO OCUPACIONAIS	1981	1983	1986	1990
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
EMPREGADORES	3,2	3,2	3,5	4,7
EMPREGADOS PÚBLICOS	8,0	8,3	9,2	9,7
EMPREGADOS DE FIRMAS PARTICULARES	50,4	50,5	50,5	48,8
TRABALHADORES AUTÔNOMOS	22,3	22,1	22,4	22,6
TRABALHADORES DOMESTICOS	6,1	6,6	6,7	6,2
NÃO REMUNERADOS	10,0	9,3	7,7	7,8

Fonte: IBGE, 1994, Tabela 8. Apud, Singer.

As mudanças verificadas na estrutura ocupacional ao longo dos anos 80 apresentam-se com uma tendência decrescente muito pequena conforme a tabela. O contraste da imobilidade relativa da estrutura ocupacional da população com o dinamismo exibido no momento são no período em análise torna-se relevante, uma vez que nesse mesmo período, a economia brasileira estava em pleno desenvolvimento.

Na década de 70, a economia brasileira estava em crescimento "coincidentemente" com o "Milagre Econômico, nesse período, a proporção de empregados em firmas particulares passou de 41,7% para 52,2%, a de empregados públicos de 7,3% para 8,8%, ao passo que a de autônomos caiu de 33,8% para 25,2% e a de não remunerados de 9,9% para 5,3%. Também a proporção de empregadores autônomos de 1,5% para 2,6%".

O desenvolvimento assumia a sua forma através da expansão das firmas capitalistas. Naturalmente uma parcela crescente da população rural abandona suas ocupações, na maioria das vezes autônoma e não-remunerada, para se inserir na estrutura ocupacional como empregado público ou de firma particular. Entre 1970 e 1980, cerca de 13% dos autônomos transformaram-se em empregados de firmas particulares e empregados públicos, isso reflete apenas um momento de desenvolvimento econômico pelo qual passou a economia brasileira. Na década de 80 a situação se modificou completamente devido à estagnação econômica. (Singer, 1999:14-15)

Nos anos 80, a economia brasileira ficou estagnada, quase não cresceu, o desenvolvimento foi truncado. Portanto, as mudanças foram inexpressivas. No setor privado, registrou-se uma queda do emprego de 50,5% em 1986 para 48,8% em 1990, ao passo que o emprego público

aumentou de 9,2% para 9,7 e de não remunerados de 7,7% para 8,1%. As mudanças entre 1986 a 1990 ocorreram no sentido contrário à década de 1970-80. Nos anos 70, a parcela dos empregados em firmas privadas aumentou às custas das parcelas de autônomos e não-remunerados, enquanto em 1986-90 a quantidade de desempregados em firmas privadas reduziu - se, e os demais aumentaram. Tanto na década de 80 como de 90 o emprego público cresceu.

(Singer, 1999:16) enfatiza que o problema da ocupação não pode ser reduzido ao desemprego. Para ele, o aumento da proporção de empregadores e não-remunerados no período de 1980-90 indica a ocorrência da descentralização do capital com a multiplicação das pequenas empresas.

Nesse sentido, deve-se atribuir o aumento do desemprego apenas a existência do liberalismo e ao conseqüente abandono das tentativas de preservar o pleno emprego mediante as políticas keynesianas, ou deve-se também levar em consideração que as transformações econômicas ocasionadas pela revolução científico-tecnológica (Terceira Revolução Industrial), influenciada pela crescente globalização econômica, contribuíram em grande medida para o seu aprofundamento?

Uma das contradições mais explícita do capitalismo neste final de século é o desemprego (tecnológico e estrutural)<sup>28</sup> que cresce em ritmo acelerado nas "economias centrais" e "periféricas", e quanto aos efeitos

---

<sup>28</sup> O desemprego estrutural ou tecnológico origina-se em mudanças na tecnologia de produção (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas): em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização da sua mão-de-obra (Sandroni, 1994:95).

mais fortes fazem-se sentir nesta última. Por outro lado, o aumento do desemprego é também uma consequência das mudanças no cenário político-ideológico e, ainda, mudanças na estrutura do capitalismo, sendo este um novo período na história do capitalismo.

### **3.1- A Terceira Revolução Industrial e Suas Consequências**

É importante deixar claro, que todas as revoluções industriais provocaram um grande aumento de produtividade do trabalho e, conseqüentemente causaram desemprego tecnológico. Grande parcela dos trabalhadores perdeu suas qualificações na medida em que as máquinas substituíam progressivamente o trabalho humano com custos menores. Frente ao desemprego tecnológico surgem diversos seguros sociais e o compromisso histórico dos governos manterem a economia o mais próximo possível do pleno emprego.

O conjunto de transformações nas técnicas de produção possibilitou o aumento de produtividade tanto no setor industrial como de serviços, sobretudo nos setores de processamento de informações. Com o desenvolvimento da telemática, e microeletrônica, o computador passa a substituir o trabalho humano, agravando ainda mais o desemprego e a exclusão social.

Neste contexto, tudo indica que as empresas de grande porte estão sendo coagidas, pela pressão do mercado, a desintegrar-se, a separar-se das atividades complementares que exerciam para compra-las no mercado concorrencial a menor preço, influenciadas pelo processo de "terceirização".

Neste período de Terceira Revolução Industrial muitas atividades desconectadas do grande capital monopolista passam a ser exercidas pelos pequenos empresários, trabalhadores autônomos e outros, transformando grande parte dos empregos formais em ocupações que não oferecem garantias sociais ao trabalhador.

Apesar de existirem controvérsias em torno da centralização/descentralização do capital, o mais importante para nossa pesquisa é o problema do desemprego (estrutural e tecnológico) e da exclusão social, aprofundados no interior da dinâmica capitalista. Neste período de terceira revolução industrial, muitas atividades desconectadas do grande capital monopolista passam a ser exercidas pelos pequenos empresários, trabalhadores autônomos e outros, transformando grande parte dos empregos formais em ocupações que não oferecem quase nenhum tipo de garantia social ao trabalhador. Na possibilidade de verdadeira hipótese, de descentralização do capital, ou que ele prefere cada vez mais explorar o trabalho humano através da compra de serviços, em vez de contratar força de trabalho, significa que, as relações sociais de produção capitalista estão passando por uma profunda transformação. Neste mesmo sentido, detalharemos mais a precarização das relações de trabalho frente às transformações do capitalismo contemporâneo na próxima seção.

### 3.2- Um Dilema De Expressão: Desemprego ou Precarização?

Um dos impactos significativos da globalização pode ser atribuído ao desemprego estrutural, posto que o mercado vem se deteriorando progressivamente, principalmente, para aqueles que necessitam vender sua força de trabalho para garantir a sua reprodução. Portanto, a globalização e a terceira revolução industrial intensificaram o processo de deterioração do mercado de trabalho.

No contexto das transformações que vêm ocorrendo no âmbito da globalização, parece que o termo precarização substitui mais adequadamente o termo "desemprego". As mudanças tecnológicas e a divisão internacional do trabalho contribuíram, significativamente, para que os novos postos de trabalho substituam os antigos em condições de deterioração bastante profunda.

Os empregos formais cedem progressivamente espaços para os empregos informais. Essa transformação tem feito crescer o setor informal.

A precarização do trabalho toma também a forma de relações 'informais' ou 'incompletas' de emprego. A ampliação da insegurança no emprego deu-se em praticamente todos os países avançados (...) através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários etc. (Matoso, 1993:126. Apud, Singer:15)



Durante a recessão de 1981-83, o emprego em tempo integral diminuiu 0,5% ao ano, ao passo que o emprego em tempo parcial aumentou 3,4% ao ano; no período de 1983 a 1988, o emprego em tempo integral cresceu anualmente em média 1,5% e o emprego em tempo parcial cresceu 2,1% na América Latina. No caso da OCDE (...). No período de recessão, as empresas utilizam como estratégia a substituição dos empregados em tempo integral por empregados em tempo parcial. No período de expansão elas voltam a contratar em tempo integral, num ritmo menor do que em tempo parcial. Durante quase toda a década de 1980 as condições de precariedade do emprego cresceram significativamente, na Europa como um todo e, principalmente na França. (Singer, 1999:17)

O atual quadro de precarização do emprego começa a desenhar uma situação desfavorável e instável, colocando-se, como um desafio muito grande para a economia mundial.

*“Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de suas experiências e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificado e, portanto, substituíveis. Na atual etapa de globalização do capitalismo, a flexibilidade do trabalho aumenta em escala crescente, resultando numa diminuição dos direitos trabalhistas, tornando, o emprego precário. Tudo indica que o aumento da precarização foi acompanhado por uma contínua debilidade sindical” (Singer, 1999:25-26).*

As mudanças tecnológicas que vem ocorrendo no momento através da informática, têm provocado uma deterioração profunda das relações de trabalho. Com a robotização, a mão humana passou a ser substituída por máquinas programadas, alterando a composição orgânica do capital

(aumento do capital constante em relação ao capital variável). O efeito desse movimento tem sido devastador sobre a classe operária industrial

Neste sentido, o que derrotou os sindicatos e os obrigou a aceitar a precarização foi a nova mobilidade que o capital adquiriu na segunda etapa da globalização. O grande capital multinacional simplesmente abandonou o campo de batalha e se transferiu para os países em que a debilidade do movimento operário lhe oferecia plena liberdade de reformular as relações de produção de acordo com os seus interesses (Singer, 1999:28). Depois de construídas as mediações necessárias passaremos a delimitar o conceito de exclusão social.

### **3.3- Delimitando o Conceito de Exclusão Social**

*"... Mas hoje o que importa mesmo é estudar a exclusão social.."*

*(Furtado, 1999b: 94).*

Na realidade existem diversas categorias de indivíduos que podem ser tratados como excluídos tais como: os desempregados de longo prazo; aqueles que ocupam emprego precário; os aposentados; os pobres com baixos índices de renda; os analfabetos; os que não tem acesso à educação; os viciados em drogas; os excepcionais físicos e mentais; os sem terra; os sem teto; os trabalhadores infatís; as mulheres; os estrangeiros e imigrantes; as minorias raciais dentre outras categorias que escapam da descrição acima. Embora não deixamos de considerar as diversas facetas da exclusão social, reiterando o que já foi dito anteriormente, no âmbito deste trabalho nos interessa a exclusão social do ponto de vista da exclusão do mercado consumidor (renda), exclusão do mercado de trabalho (aumento do

desemprego e precarização das relações de trabalho) e, qualidade de vida (expressa nos indicadores sociais).

As condições de precarização do trabalho não estão limitadas apenas aos "países centrais". Ela estende-se também aos "países periféricos". No entanto, as consequências são piores nestes últimos, onde o poder dos sindicatos é bem menor. A precarização das relações de trabalho tem como consequência a exclusão de grande parcela dos trabalhadores do usufruto de seus direitos trabalhistas.

Nos anos de 1970, a taxa de desemprego cresceu consideravelmente em virtude do primeiro choque do petróleo; na década de 1980 o desemprego voltou a crescer incentivado pelo segundo choque do petróleo, reforçando a precarização das relações de trabalho. Assim a exclusão crescente na década de 1980 na América Latina e seu aprofundamento nos anos 90 podem ser decorrente da instabilidade macroeconômicas que marcam esse período. Nesse sentido, para Cristóvam Buarque o termo *apartação social* substitui melhor o termo exclusão, derivado de *apartheid* com o objetivo de designar as formas atuais de exclusão social, que aumenta em progressão geométrica, assim<sup>29</sup>.

A intensificação do processo de industrialização na América Latina no período enfatizado acima ocorreu simultaneamente com um conjunto de transformações sociais. Dentre elas destacamos: 1) um deslocamento bastante acentuado dos contingentes populacionais rurais para as cidades, reduzindo drasticamente a população rural; 2) consequente aumento da

---

<sup>29</sup> Apartação é o sistema econômico onde os grupos sociais são tratados segregadamente conforme a categoria econômica a que pertencam: incluídos ou excluídos da modernidade. (Buarque, 1994:34 apud Fontes, 1195: 99).

demanda por empregos maior que o efetivo número de empregos oferecidos no sistema urbano-industrial, gerando um problema muito sério; 3) e em consequência, aumentando a proporção de excluídos do mercado de trabalho, sendo estes obrigados a procurar ocupação na informalidade. No geral, transitavam pelas cidades sem encontrar ocupação. Essas populações se converteram ao longo da história do capitalismo em excluídos do circuito da produção e consumo.

Transformações iniciadas por volta da década de 1970 e em pleno curso atualmente apontam para um novo dilema, expresso na eclosão de uma crise em vários níveis. No primeiro deles, uma modificação brutal e veloz da própria estrutura produtiva. Com a chamada revolução tecnológica e a introdução da informática no processo produtivo, a expansão industrial agora elimina vigorosamente o trabalho do âmbito da produção de riquezas (Kennedy, 1993 e Schaff, 1993, apud SINGER, 1999).

Neste contexto, emerge uma questão relevante, aqueles que são excluídos economicamente são incluídos politicamente, ou seja, têm poder de voto e podem exercê-lo. Assim, aqueles que perderam o espaço econômico e político, na ausência da democracia, são considerados perfeitamente excluídos. Mesmo onde existe, aparentemente democracia as leis de mercado são um imperativo, rompendo todas as fronteiras dos direitos sociais e impondo políticas econômicas extremamente excludentes.

No caso do Brasil não é diferente, o século XX foi marcado por vários debates em torno da exclusão do mercado interno. O que significa um "mercado excludente?" Ora, o "mercado", tomado genericamente e considerado como uma das instituições centrais do funcionamento capitalista é, ao contrário do que possa parecer, extremamente includente.

Ele tende a mercantilizar todas as relações sociais, a penetrar em todos os poros da sociedade, expandindo-se por todas as regiões e atingindo todos os grupos sociais. (Hirschman, 1979, apud Fontes, 1995:105).

No período de 1950 a 1970, a distribuição domiciliar da população no território brasileiro inverteu-se significativamente: a maioria da população passou a habitar nas zonas urbanas. Em 1950, 36,1% da população brasileira residia em cidades, enquanto 63,8% morava em regiões rurais; em 1970 o quadro se invertia: 56,1% era urbana, enquanto 43,9% permanecia na zona rural. Nas décadas de 1960 e 1970, o aumento demasiado dos contingentes populacionais que habitavam nas cidades fez surgir um grande problema a "marginalização".

Na medida em que essa população crescia na zona urbana, a proporção de pobres aumentava. Neste sentido fazemos a seguinte pergunta: como pensar, no entanto, na coexistência entre essa população pobre urbana e o mercado? A proporção entre a produção para a subsistência e a presença de relações mercantis foi se modificando após a Segunda Guerra. Alterações importantes nesse sentido ocorreram nas três últimas décadas. Até a década de 1960, uma parcela dessa população, ainda que reduzida, tinha a possibilidade de prover parte de sua subsistência.

Em outros casos, onde se estabelecia uma relação mercantil não mediada pelo "emprego" formal, havia uma espécie de complementaridade entre os bens adquiridos no mercado e uma pequena produção doméstica - tanto pela criação de pequenos animais como pela produção de serviços. A partir dos anos 70, essas opções foram se reduzindo. Alimentação, habitação, vestuário passaram a depender cada vez mais da troca mercantil, ao mesmo tempo em que o setor industrial se ampliava, acaparando os

espaços até então ocupados pelos trabalhadores de "fundo de quintal", como artesão, costureiras, bordadeiras, mecânicos, etc. (Fontes, 1995).

Os contingentes de migrantes acessaram o mercado de forma variada. Ou seja, incluídos, no caso de dispor de um emprego regular ou de outras possibilidades de produção geralmente de caráter doméstico. Quando não dispunham do emprego regular eram tragados pela informalidade e obrigados a garantir a sua reprodução à margem. Desta forma, passavam a viver nas "margens" do sistema, ou seja, tornavam-se excluídos<sup>30</sup>.

*"Há uma grande diferença entre ser integrado pelo mercado - isto é não ter mais condições de prover a subsistência fora do sistema mercantil-e ser política e socialmente integrado, tendo plena cidadania, assegurada pelo sufrágio e pelo acesso indiscriminado às políticas públicas de tipo universal. Isso não ocorreu no caso brasileiro, posto que, se essa população estava integrada ao mercado em seu sentido genérico, somente estava parcialmente integrada ao mercado de trabalho formal. Grandes contingentes sem" carteira assinada "não tinham acesso às políticas públicas e, até 1988, uma boa parcela estava ainda excluída do voto (analfabetos)". (Fontes, 1995:107)*

A América Latina, na década de 1980 a região passa a enfrentar uma crise violenta, fazendo surgir uma grande preocupação em torno do surgimento de uma nova dimensão do problema. A história começa a tomar outros rumos a partir do momento em que não se acredita mais na integração dos pobres ao mercado de trabalho, através da expansão do setor industrial, ou pelo fortalecimento e crescimento dos movimentos populares.

<sup>30</sup> Uma vez generalizada a mercantilização das relações sociais, "ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma formação social que não comporta exterioridade. Dito de outra forma, quando alguém é expulso do mercado, na realidade, funcionalmente ou não, ele é mantido em suas margens, e suas margens estão sempre ainda em seu interior. O mercado não é essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas 'margens', (e, portanto seus próprios 'marginais') e que, finalmente, somente conhece exclusão interna?" (Balibar, 1992:202).

Neste contexto é que o termo exclusão social ganha impulso. O termo exclusão do mercado de trabalho designa a retirada completa das pessoas do mercado de trabalho e dos direitos assegurados por ele. Nesse sentido,

*"Os novos excluídos não são como os escravos antigos-que, desprovidos de todos os direitos, eram peças fundamentais do sistema social. De maneira exatamente inversa, hoje o que se designa por excluído pode manter seus direitos políticos, mas não tem nenhuma função no sistema econômico. Também não parecem mais configurar um exército industrial de reserva, na medida em que não participam de um" rodízio "no interior do mundo produtivo".(Fontes, 1995:108).*

A forma pela qual a exclusão social se manifesta na contemporaneidade é extremamente distinta das formas anteriores de discriminação e segregação, uma vez que tende a criar, tanto na esfera nacional como internacional, indivíduos, sociedades e até continentes inteiramente descartáveis e desnecessários ao processo de produção da riqueza, ao passo que a riqueza passa a ser meramente fictícia no mundo globalizado. Dessa forma, estes "novos excluídos" do ponto de vista econômico parecem estar completamente à margem do processo produtivo.

Nesse sentido, as transformações recentes nos remetem a busca da construção de uma visão integrada, procurando uma saída para as questões da ordem do dia. Conduzindo-nos a encontrar estratégias de amenização da exclusão social, principalmente econômica, responsável pela garantia da existência e reprodução da espécie humana, sem deixar de levar em consideração outras dimensões da exclusão. Este por sua vez, constitui-se num grande desafio para a humanidade no limiar do terceiro milênio e, principalmente para a América Latina.

Frente ao conjunto de transformações que ora se apresentam as conseqüências do processo de contra-revolução do capital tem intensificado o aumento da exclusão social em quase todos os países, principalmente, naqueles orientados pelo globalismo e neoliberalismo. Este processo é cumulativo e, tende a aprofundar-se, caso não se encontrem estratégias de reversão da situação no curto prazo.

Neste contexto, tomando os EUA como exemplo, conforme o relatório da OIT (1995:51), depois do segundo choque do petróleo, o desemprego diminuiu devido ao aumento da criação de novos postos de trabalho, apesar do expressivo aumento da oferta de mão-de obra neste período. O número de pessoas trabalhando aumentou ao lado do aumento da jornada de trabalho, mas em conseqüência o salário real declinou nos EUA em 0,9% ao ano no período de 1979-89.

*“O efeito se torna cumulativo, pois o aumento do tempo de trabalho dos ocupados reduz a possibilidade do sem-trabalho encontrarem ocupação. A flexibilização, desregulamentação ou precarização do trabalho divide o montante de trabalho economicamente compensado de forma cada vez mais desigual: enquanto uma parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte de trabalhadores deixa de trabalhar”. (Singer, 1995:30).*

No período de recessão, aumenta a proporção de pessoas que invadem as cidades, buscando a sobrevivência na informalidade, na prestação de serviços. Sendo assim, aumenta a proporção daqueles que querem vender em relação àqueles que podem comprar, e também, aumenta a proporção dos alijados até do setor informal. Caso a população relativa não aumente na sua totalidade, aumenta o número de pessoas sem trabalho, estas são atingidas pela exclusão social de forma definitiva.



Neste sentido, as estimativas do final da década de 80 apontam a existência de 44 milhões de pessoas vivendo na pobreza na América Latina, o que representa 14% da população, comparando com 11,8% em 1975. No final da década de 70, 17,1% dos norte-americanos eram considerados pobres, 5,6% na Alemanha e 9,7% na Inglaterra. No entanto, na década de 80, com a redução das políticas públicas de combate a pobreza, diminuição dos salários mais baixos e ampliação dos empregos de baixa produtividade, a pobreza intensificou-se ainda mais, ampliando-se o número de pessoas pobres e de miséria (Mattoso, 1993: 144-45, apud, Singer: 31).

Os impactos profundos pelos quais vem passando a estrutura da produção global não se limitam apenas a dimensão macroeconômica. Esses impactos também são sentidos na dimensão individual, modificando padrões e valores há muito sedimentados, gerando um sentimento de insegurança quase generalizado e uma forte preocupação com o fenômeno da exclusão social, relacionadas às mudanças que vem ocorrendo no emprego.

*"De fato, o padrão atual de acumulação de capital na era das tecnologias da informação vem transformando de forma dramática o conceito de ocupação. Está se formando, com efeito, um novo paradigma de emprego-mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional. Em sociedades como as ocidentais, nas quais o emprego desempenha um papel central não somente no que se refere à obtenção de renda como na integração social do indivíduo e na própria formação de sua identidade pessoal, a mudança desse padrão tem causado perplexidade."*  
(Dupas, 1999: 16)

É importante chamar a atenção, a esta perplexidade e o sentimento de desamparo, no qual se depara a humanidade às portas do terceiro milênio. Esta situação está diretamente relacionada a rediscussão do papel do Estado

enquanto guardião dos direitos sociais, desde o pós-guerra. Aqueles que outrora, desfrutavam do aparato social, fornecido pelo Estado, sentem-se ameaçados, gerando um sentimento de injustiça e uma deterioração da qualidade de vida.

Neste sentido, segundo o critério da renda, os excluídos são aqueles alijados do processo de produção e consumo da riqueza. Essa parcela de excluídos cresce na "aldeia global". O sentimento de exclusão aumenta com maior intensidade naqueles que rotineiramente vêem suas aspirações de consumo frustradas. A sociedade globalizante gerou um sério problema ao centralizar no consumo diferenciado boa parte da realização pessoal e social. Essa possibilidade de consumo transmutou-se no elemento principal de exteriorização de sucesso individual, dando um caráter relativo ao conceito de exclusão social.

O conceito de exclusão social está balizado pelas dimensões de caráter subjetivo e econômico. Não podemos deixar de levar em consideração que o conceito que possa vir a ser formulado por cada sociedade, poderá receber grande influência de questões sociológicas. Sendo assim, a definição de exclusão social exige a condição de especificidades locais.

A preocupação com a exclusão social ameaça grupos que até pouco tempo estavam integrados no padrão de desenvolvimento global. Nasce, essa forma um segmento de "novos excluídos"<sup>31</sup>. Ao originar uma massa de força de trabalho supérflua ao sistema, as transformações sócio-econômicas,

---

<sup>31</sup> Situam-se na categoria dos novos excluídos os trabalhadores que realizam atividades no setor serviços, vítimas das empresas predadoras no sentido de competição radical, anteriormente integrados de forma plena ao sistema e, instantaneamente em virtude dos avanços tecnológicos e às novas estratégias das empresas reduzirem seus custos fixos, excluídos da nova lógica globalizante.

que vem acontecendo recentemente, redirecionam o centro das discussões para os problemas sociais.

É importante ressaltar que a exclusão social assume várias dimensões tais como: a dimensão cultural, econômica, social e política. Portanto, não podemos nos surpreender que os vários conceitos de exclusão social surgidos neste contexto assumam diversas faces e múltiplas dimensões, já mencionadas.

O conceito de exclusão social é muito abrangente. Na sua essência assume várias dimensões e, pressupõem a idéia de acesso a bens e serviços, segurança justiça e cidadania. Ele está relacionado a desigualdades econômicas, políticas culturais e étnicas. Para Dupas interessa a exclusão social nas seguintes dimensões: 1) exclusão do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); 2) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); 3) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; 4) exclusão do acesso a bens e serviços (inclusive público), o que provoca uma "dualização do processo de trabalho", no que se refere a oferta de empregos de acesso relativamente fácil- que além de precários não geram rendas suficientes para garantir um padrão de vida mínimo- e de empregos bons, que geram níveis de renda e segurança aceitáveis, no entanto, de difícil acesso; 5) exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência; 6) exclusão do acesso à terra, dentre outros tipos de exclusão que não cabe no momento descrever e analisar. (Rogers apud, Dupas, 1999:20)

Entretanto, no âmbito da nossa pesquisa nos interessa a exclusão social em três dimensões: exclusão do consumo, exclusão da produção e

exclusão do nível de qualidade de vida aceitável por organismos internacionais.

O aprofundamento da exclusão social pode ser atribuído, ao modelo econômico que vem sendo adotado pelas economias capitalistas centrais, e reproduzido na periferia. Este modelo tem sido incapaz de amenizar os efeitos da exclusão social, as estratégias de desenvolvimento perseguidas exercem grande influência no aumento da exclusão social e tem tido impactos distintos em cada localidade da "aldeia global". Além do crescimento da pobreza o que será objeto de discussão na próxima seção.

### **3.4- A Pobreza Como uma Face Real da Exclusão Social**

A pobreza é um tema que preocupa tanto os governos como a sociedade civil. Tanto é assim, que este problema passa a ser enfrentado pela maioria dos governos da América Latina e, até do mundo inteiro. Uma vez que este problema tende a persistir, exigirá dos governos deste continente a busca de estratégias para amenizar os efeitos crescentes da exclusão social.

Em geral, em todos os países da região, observa-se uma grande insatisfação, principalmente, dos estratos da população excluídos do circuito da produção e do consumo da riqueza, no que diz respeito às ações políticas e sociais empreendidas objetivando a redução da pobreza. Na maioria dos países atingidos pelo programa de ajuste estrutural.<sup>32</sup> Em grande parte dos países da região o incremento da pobreza foi relevante,

---

<sup>32</sup> Embora o ajuste econômico tenha sido feito com o objetivo de pagar os juros da dívida externa, contribuiu em grande medida para o aumento dos números da pobreza na região, uma vez em que o pagamento dos juros bloqueou os investimentos em programas de combate a pobreza e a exclusão social na região.

parece que a presença de pessoas situadas em lugares pobres vem crescendo. Por um lado, alguns países da região registraram taxas de declínio da pobreza, devido à eficiência e eficácia dos programas de estabilização, por outro lado a pobreza persiste, principalmente nos setores urbanos.

**QUADRO I**  
**América Latina: Relação da pobreza com a população total (1990-1996)**  
*(Porcentagem da população total)*

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Argentina, Gran Buenos Aires	--	13.8	--	--	13.0	--	20.2
Bolívia, zonas urbanas.	53.3	49.0	51.2	49.1	45.1	--	--
Brasil	46.3	--	42.7	45.4	--	43.5	--
Chile	38.6	--	32.6	--	27.5	--	23.2
Colômbia	--	58.5	57.0	54.6	53.4	52.5	--
Costa Rica	27.1	31.9	29.4	23.2	20.0	20.4	21.5
Ecuador	--	--	--	--	--	61.8	--
El Salvador	--	59.7 c/	--	--	--	--	51.7
Guyana	--	--	--	43.2	--	--	--
México	--	--	31.3	--	31.8	--	--
Nicaragua	--	--	68.3	--	--	--	--
Paraguay, Area Metrop. Asunción	31.5	31.3	29.2	27.6	22.3	21.8	20.8
Perú	--	--	--	--	--	--	43.1
Rep. Dominicana	--	--	12.8	--	--	--	--
Uruguay c/, zonas urbanas	12.0	--	8.0	--	6.0	--	--
Venezuela	41.5	35.4	37.8	41.4	53.6	48.2	65.5

*Fonte: CEPAL, 1996.*

É interessante observar que os dados do quadro acima mostram, em geral, um significativo aumento da pobreza nas principais áreas metropolitanas da América Latina. Na Argentina, por exemplo, os índices de pobreza, no início da década de 1990-91, assumem a cifra de 13,8% em

O quadro acima expressa a renda por habitante nas principais áreas metropolitanas. Em 1991 na grande Buenos Aires 14,1% da população ganhavam abaixo de 60 dólares por habitante ao mês; em 1996 a situação piorou chegando à cifra de 18,7%. No Brasil em 1990, esse mesmo índice era de 46,3% chegando a 43,5% em 1995; a situação do Brasil em relação a Argentina é bem pior, uma vez que quase metade da população brasileira situada nas áreas metropolitanas ganha menos de 60 dólares ao mês, o equivalente a um salário mínimo. O caso mais extremo é o de Honduras, registrando uma taxa de 67,8% em 1990 e 65,6% em 1995, respectivamente; já o Paraguai apresenta indicadores pequenos e decrescentes, em 1990 5,8% da população estava na situação descrita acima, e em 1996 esses números reduziram-se para 2,4%, o que significa neste caso uma redução da pobreza e um aumento da renda da população. No caso do Paraguai, pode-se atribuir o decréscimo da pobreza em termos estatísticos as políticas econômicas empreendidas na década de 1990.

relação a população total, chegando em 1996 a 22%. No caso do Brasil, em 1991 registra-se uma taxa de 46,3%, reduzindo-se para 43,5% em 1995, apesar dessa redução as condições são muito preocupantes, uma vez que, quase a metade da população brasileira situada nas áreas metropolitanas está em situação de pobreza.

No caso da Colômbia, El Salvador, Nicarágua e Venezuela, a preocupação aumenta, em virtude desses países apresentarem índices de pobreza acima de 50% no período em análise. O Equador, por exemplo, apresentou uma taxa de pobreza de 61,8% em 1995, a Nicarágua 68,35 em 1992 e a Venezuela 65,5% em 1996. A situação mais "confortável" parece ser a do Uruguai, registrando em 1990 uma taxa de pobreza de 12% e conseguiu reduzir em 1994 para 6,0%.

## QUADRO 2

**América Latina: Porcentagem da população em nível de pobreza com relação ao total da população por habitante (com ganhos de 60 dólares ao mês 1990-96)**

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Argentina, Gran Buenos Aires	--	14.2	--	--	13.4	--	18.7
Brasil	46.3	--	42.7	45.4	--	43.5	--
Chile	14.6	--	9.8	--	9.5	--	--
Colombia	--	19.6	19.1	17.4	16.5	15.2	--
Costa Rica a/	18.8	22.8	20.0	15.7	13.8	15.4	16.4
Ecuador	--	--	--	--	--	32.6	--
Honduras	67.8	--	66.2	--	64.5	65.6	--
México	--	--	14.6	--	15.6	--	--
Paraguay, Area Metrop. Asunción	5.8	6.0	4.6	4.6	4.7	2.2	2.4
Perù	--	--	--	--	35.0	--	--
Rep. Dominicana	--	--	18.2	--	--	--	--
Venezuela a/	14.3	13.9	11.3	11.0	15.	13.4	--

*Fuente:* Proyecto PNUD/BID/CEPAL (ANEXO I), excepto Honduras y Venezuela (Londoño y Székely, 1997)a/ Hogares

**QUADRO 3**  
**América Latina: Pobreza extrema (1990-1996)**  
**(Porcentagem da população total)**

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Argentina, Gran Buenos Aires	--	2.0	--	--	2.4	--	5.3
Bolivia, zonas urbanas	26.2	21.1	24.0	22.3	18.0	--	--
Brasil a/	24.5	--	22.4	24.1	--	22.9	--
El Salvador	--	28.2 b/	--	--	--	--	21.6
Guyana	--	--	--	27.7	--	--	--
México	--	--	16.1	--	15.5	--	--
Nicaragua	--	--	--	35.1	--	--	--
Perú	--	--	--	--	--	--	19.3
Uruguay c/, zonas urbanas	2.0	--	1.0	--	1.0	--	--
Venezuela a/	18.6	16.0	15.5	16.8	27.5	23.0	35.8

*Fonte:* Anexo I. El umbral de la pobreza correspondiente a cada país figura en el Anexo III.

*Nota:* Estas tasas de pobreza se basan en los umbrales de la pobreza de cada país y en consecuencia no deben compararse entre países.

a/ *Fuente:* Londoño y Székely (1997)

b/ 1991-1992

c/ Hogares

Analisando os dados do Quadro 3 que expressa a situação da pobreza extrema na América Latina nas áreas metropolitanas no período de 1990-96, percebemos no geral uma significativa deterioração e uma intensificação das condições das populações situadas na região. Na Argentina, por exemplo, a pobreza extrema aumentou de 2,0% em 1991 para 5,3% em 1996, na Bolívia houve uma redução de 26,2% em 1990 para 18% em 1994 em termos relativos. Já no Brasil a situação ocorreu de forma diferente, apresentando-se como uma das situações mais delicadas, uma vez que 1/4 da população situava-se nessa categoria, neste mesmo período. Já no Uruguai a situação é inversa, apenas 2,0% da população situava-se nessa



categoria reduzindo-se para 1,0% em 1994, enquanto na Venezuela, esses números cresceram assustadoramente, passando de 18,6% em 1990 para 35,6 em 1996. O que pode indicar, diga-se de passagem, um aumento da exclusão social na região no período em análise.

A pobreza pode ser entendida como incapacidade de satisfação das necessidades básicas. Neste sentido, torna-se, o ponto central para a definição de exclusão social, em particular, naqueles países, onde há a ausência de um Estado de bem-estar social que dê garantia mínima de sobrevivência, existência e reprodução aos seus cidadãos. Porém, não é fácil definir o que sejam necessidades básicas. Estas a priori são aquelas vinculadas a garantia da reprodução da espécie humana (alimentação, saúde, educação, transporte, segurança, habitação). Portanto, para sabermos o critério de excluído e de incluído faz-se-a necessário trazer para a discussão a idéia de linha de pobreza.

*"Linha de pobreza simplesmente aponta a renda monetária para que um indivíduo possa ter acesso a uma cesta de bens e serviços essenciais à satisfação de suas necessidades básicas. Mais como determinar quais são as necessidades básicas? Uma saída seria utilizar o critério fisiológico e definir necessidades básicas como imprescindível para garantir a sobrevivência física. No entanto, como destaca Amartya Sen, mesmo esse critério é ambíguo, pois muitas vezes as pessoas conseguem sobreviver com base em algumas dietas mínimas, mas apresentam expectativas de vida relativamente baixas, ou estatura pequena, por conta de deficiências alimentares".(Dupas, 1999:24).*

A demarcação da linha de pobreza não deve ser utilizada somente a partir do aspecto alimentar, em virtude da existência humana não se limitar apenas a este aspecto. Existem outros aspectos que devem ser levados em consideração, tais como: moradia, saneamento básico, segurança entre

outros. O critério de determinação entre pobres e não pobres, divergem de acordo com os costumes e os hábitos de cada sociedade, ou seja, depende das especificidades locais (de acordo com o parâmetro de a renda ser pobre nos USA e Europa é diferente de ser pobre no Brasil).

As implicações para estabelecer quem é pobre e não-pobre assumem várias dimensões conceituais, culturais e políticas, podendo estar fortemente imbuído de um certo grau de arbitrariedade. Apesar de não podermos fugir à utilização de uma linha de pobreza, é importante manter esses aspectos em mente.

*"A informação que uma linha de pobreza fornece é um retrato da situação em um determinado momento do tempo. Ela nada informa a respeito dos elementos que levaram a esse quadro e nem sobre qual deverá ser essa imagem no futuro. Por essa razão, a linha de pobreza parece-me ser insuficiente como indicador social, apesar de importante na resposta a uma das questões que estamos investigando, a saber: sobre ser o padrão atual de desenvolvimento excludente". (Dupas, 1999:27).*

Nesse sentido corroboramos com essa posição do autor. A sociedade capitalista não é estática. Partindo dessa afirmação entendemos que a demarcação da linha de pobreza modifica-se no tempo, apresentando continuidade e descontinuidades, podendo fetichizar as causas que desembocaram na demarcação de pobre e não-pobre.

Amartya sem posiciona-se na linha contrária da maioria dos autores que fazem a abordagem da exclusão social, ele não tem como foco os países centrais, e sim os países pobres. Sua atenção é centralizada, principalmente, para a questão da pobreza e da fome, em grande escala vencida nos países centrais através da existência do aparato estatal (Welfare State), todavia, existente na maior parte da periferia do capitalismo, inclusive, no Brasil.

A maioria das análises feita em torno da pobreza procura utilizar medições que estabeleçam os limites das linhas de pobreza, utilizando como parâmetro o nível de renda, daí, classifica-se o pobre. Sendo assim, aqueles que se situarem abaixo dessa linha são pobres, de acordo com o critério da renda.

*"Sintetizando a abordagem de Sen, o problema desse tipo de medição é que ela não contempla a distribuição de renda entre os mais pobres, falseando os tipos de políticas que deveriam ser assumidas para combater a pobreza justamente por caracterizar o processo existente. Essa análise não visualiza os processos de transferência de renda de frações pobres para outras menos pobres, mas que também se encontra abaixo da linha de pobreza. Com isso, ignora a miséria gerada por esse tipo de transferências. Dessa forma, é importante reformular a medida empírica da pobreza para que essa seja sensível à distribuição de renda". (Dupas, 1999:29).*

Porém, é extremamente difícil não levar em consideração o indicador de renda, em virtude das maiores informações estatísticas fornecidas estarem direcionadas para este indicador. Na perspectiva política, a pobreza pode ser identificada como ponto de convergência de medidas que a sociedade deve tomar para solucionar alguns problemas localizados. Não podemos optar apenas por uma única dessas perspectivas de análise, já que ambas se complementam.

A generalização da pobreza neste final de século XX não tem precedentes na história da humanidade. Todavia, essa pobreza não se deve a uma "escassez" de recursos humanos e materiais, mas, antes, a um sistema global de oferta excessiva nutrida pelo desemprego e pela minimização do preço da mão-de-obra em todo mundo.

Reforçando a nossa hipótese central de trabalho descrita anteriormente, podemos concluir de forma parcial que a partir do começo

dos anos 80, que os programas de "estabilização macroeconômica" e de "ajuste estrutural" imposto pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial aos "países periféricos" tem causado o empobrecimento de milhões de pessoas. Contrariando, teoricamente o eixo condutor do acordo de Bretton Woods, cujo objetivo era a "reconstrução econômica", e a estabilidade das principais taxas de câmbio, o programa de ajuste estrutural (PAE), tem contribuído em grande medida para a desestabilização de moedas nacionais e para o arruinamento das economias periféricas.

Observa-se que, uma minoria social privilegiada acumulou grande riqueza em prejuízo da grande maioria da humanidade. Pode-se inferir que a nova ordem financeira internacional é alimentada pela pobreza humana e pela degradação ambiental. Essa ordem criou um "*Apartheid Social*", estimulou o racismo e os conflitos étnicos. Além disso, as reformas que vem sendo aplicadas estão culminando na globalização da pobreza e no aniquilamento da subsistência humana em quase toda a esfera planetária.

Os projetos de austeridade orçamentária adotada pelo FMI, de desvalorização, ou de liberalização do comércio são aplicadas, ao mesmo tempo, em mais de uma centena de países devedores. Este projeto resulta na retirada da autonomia e da soberania dos países devedores no tocante ao controle das políticas monetária e fiscal, suas instituições são anuladas e é automaticamente instalada uma "tutela econômica". Ou seja, um tipo de "governo paralelo" que atropela a sociedade civil e atende os interesses das

instituições financeiras internacionais e, aqueles países que não aceitam tais imposições do FMI passam a sofrer retaliações de diversas naturezas.<sup>33</sup>

Na virada do século, a população do mundo ultrapassou 6 bilhões, dos quais 5 bilhões vivem em países pobres. Enquanto nos países ricos vivem 15% da população mundial que controlam 80% do total da renda mundial, o grupo dos "países de baixa renda" (56% da população mundial, incluindo as da Índia e da China), com quase metade da população mundial, recebeu, em 1993, aproximadamente 5% do total da renda mundial, percentual menor que o PIB da França de seus territórios ultramarinos. Com uma população de mais de 600 milhões, a África Subsariana como um todo apresenta aproximadamente a metade do PIB do Texas. O conjunto dos países de médias e baixas rendas (entre eles, os antigos países "socialistas" e a ex-União Soviética), representando cerca de 85% da população mundial, recebe aproximadamente 20% da renda mundial.

### **3.5- A Distorção das Causas da Globalização da Pobreza**

No começo da década de 1980, o discurso com o viés economista predominou no interior da academia, e nas instituições de pesquisa em praticamente todo mundo. A perspectiva de análise crítica foi bloqueada, a realidade social passou a ser vista sob um único prisma de relações econômicas meramente.

As posições teóricas dogmáticas não admitiam, em hipótese alguma, a discussão nem a discordância do paradigma dominante. A função

---

<sup>33</sup> "Embora adotado em nome da "democracia" e do chamado "bom governo", o PAE requer o esforço do aparato de segurança interna: a repressão política- em conluio com as elites do Terceiro Mundo- apoia um processo de repressão econômica." (Chossudovsky, 1999)

principal das universidades no contexto das transformações que ora se apresenta é produzir uma geração de economistas confiáveis e incapazes de desmistificar os fundamentos sociais da economia de mercado globalizada. No Terceiro Mundo os intelectuais estão sendo recrutados progressivamente para apoiar o neoliberalismo, e conseqüentemente o processo de reestruturação da economia global.

*"Esse dogma neoliberal" oficial "também cria seu próprio "contraparadigma", incorporando um discurso altamente moral e ético, que se concentra no "desenvolvimento sustentável" e na "diminuição da pobreza", ao mesmo tempo em que distorce e "disfarça" as questões políticas referentes à pobreza, à proteção do meio ambiente e aos direitos sociais das mulheres. Essa "contra-ideologia" raramente desafia as prescrições da política neoliberal. Ela se desenvolve paralelamente e em harmonia com o dogma neoliberal oficial, e não em oposição a ele." (Shossudovsky, 1999:34)*

Neste contexto, o Banco Mundial desempenha um "papel central", incentivando e promovendo muitas pesquisas em torno da pobreza em diversas localidades, enfatizando que a preocupação com a pobreza constituiu exatamente as "dimensões sociais do ajuste". Na aparência isso demonstra a preocupação das instituições de Bretton Woods com o problema da exclusão social, quando na verdade o que ocorre é o contrário.

O aprofundamento das disparidades de renda nos países atingidos pelo ajuste estrutural demonstra muito claramente o "reverso da medalha". As estatísticas manipuladas a todo tempo mascaram a realidade da pobreza em todo mundo. De acordo com Chossudovsky (1999:35) o Banco Mundial "estima" que 18% do Terceiro Mundo são "extremamente pobres" e 33% são pobres.

### **3.5.1- A Dominação Através do Endividamento Externo**

Com o aprofundamento do endividamento externo, os países credores expandiram os laços de dependência e subserviência com os países devedores. Devido à deterioração da situação, principalmente nos anos 80, as instituições de Bretton Woods obrigaram por meio das "condicionalidades" o direcionamento das políticas macroeconômicas de acordo com os interesses das instituições financeiras credoras.

No período de 1980 a dívida externa dos "países periféricos" cresceu significativamente, apesar dos vários acordos que fixavam novos prazos para o pagamento. Neste mesmo período a dívida de longo prazo dos "países periféricos" correspondia a aproximadamente US\$ 62 milhões em 1970. Ao longo dos anos 80, ela cresceu sete vezes, atingindo em 1980 US\$ 658 bilhões. O total da dívida nos anos 90, em 1996 assumiu a cifra de mais de US\$ 2 trilhões, isso significa um aumento de aproximadamente 32 vezes em comparação aos anos de 1970 (observar a Tabela 2).

**TABELA 1- Dívida externa dos países em desenvolvimento (US\$ bilhões) 1996**

Ano	Total da dívida externa	Dívida de longo prazo	Dívida de curto prazo	Uso do crédito do FMI
1980	658	481	164	12
1981	672	498	159	14
1982	745	557	168	20
1983	807	633	140	33
1984	843	675	132	36
1985	990	809	141	40
1986	1.218	996	179	43
1987	1.369	1.128	198	35
1988	1.375	1.127	213	32
1989	1.427	1.151	244	35
1990	1.539	1.226	278	32
1991	1.627	1.286	303	35
1992	1.696	1.328	329	38
1993	1.812	1.424	349	39
1994*	1.945	1.538	366	21

Fonte: World Bank, *World Debt Tables*, várias edições, Washington, DC

\*Projetada.

Nota: As categorias e os pesos diferem das do Banco Mundial; Tajiquistão, Geórgia e Armênia estão incluídos no Leste Europeu e na ex-União Soviética.

A política de administração da dívida e a reforma macroeconômica caminham "lado a lado". A administração da dívida garante que cada país devedor continue a sujeitar-se às obrigações financeiras, impostas pelos países credores e pelas instituições financeiras. Dessa forma, os acordos só são aceitos pelos países credores caso os devedores aceitem as "condicionalidades políticas" que fazem parte dos acordos de empréstimo.

O objetivo de manter tal situação exposta acima, consiste na legitimação do serviço da dívida, criando uma espécie de camisa-de-força que as impede de lançarem-se numa política econômica nacional independente. A concessão de empréstimos está vinculada e condicionada à política dos países centrais. A princípio o dinheiro era fornecido para ajudar



e impulsionar o ajustamento das economias periféricas. Os acordos do Banco Mundial incluíam rígidas condicionalidades: a concessão e a garantia do dinheiro estava atrelada ao "sinal verde" por parte dos governos no apoio ao programa de ajuste estrutural, caso contrário, aqueles que discordassem sofriam diversas sanções no momento de negociação da rolagem da dívida e aquisição de novos empréstimos. Além de outros mecanismos utilizados pelo FMI, como é o caso do bloqueio do crédito de curto prazo.

*"A natureza desses acordos de empréstimo não favoreciam a economia real, visto que nenhuma parte do dinheiro era destinada a investimentos. Todavia, outro importante objetivo era atendido: os empréstimos de ajuste desviavam os recursos da economia doméstica e estimulavam os países a continuar importando grandes quantidades de mercadorias de consumo, até mesmos artigos de primeira necessidade, dos países ricos. Isso significa que o dinheiro concedido para apoiar o "ajuste" da agricultura, por exemplo, não era voltado a empréstimo do setor. Ele podia ser gasto livremente em importações de commodities<sup>34</sup>, inclusive em bens de consumo duráveis e de luxo. O resultado desse processo foi a estagnação da economia doméstica, a ampliação da crise da balança de pagamentos e o crescimento do montante da dívida."*  
(SHOSSUDOVSKY, 1999:44)

Diante do exposto, podemos de forma parcial concluir que o processo de ajuste na América Latina resultou no aprofundamento da deterioração do mercado interno, estimulou as importações e comprimiu o consumo interno. Enfim, contribuiu para o aumento da crise da balança de pagamentos e aumentou consideravelmente o endividamento externo. Além disso, o custo social do ajuste é sentido em toda a região através da intensificação da desintegração do tecido social.

---

<sup>34</sup> Commodities (produtos primários de grande importância econômica, como algodão, soja e minério de ferro). Pelo fato, das commodities serem produtos de grande importância econômica no comércio internacional, seus preços são dados pelas cotações dos mercados mais expressivos. Quando é feita a transação das commodities seus preços são acertados para a entrega da mercadoria no futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo I teve como objetivo principal mostrar a natureza excludente do Antigo Sistema Colonial e seus desdobramentos ao longo do processo de formação sócio-econômica na América Latina. Ainda no âmbito deste capítulo, apoiado em diversos autores que versam sobre o tema, demonstrou-se que os processos de integração regional surgidos na América Latina carregaram a marca característica da exclusão social, desenvolvendo-se com outras facetas no novo contexto de transformações sócio-econômicas, pelas quais passam o capitalismo contemporâneo. Não tivemos a pretensão nesta parte da pesquisa de descrever detalhadamente o processo de formação sócio-econômica da América Latina. Pretendeu-se apenas situar alguns pontos de apoio para entender a origem, a natureza e o desdobramento do processo de exclusão social na América Latina.

Neste capítulo foi visto que a história da América Latina foi marcada pelo processo de colonização europeu, sendo que a maioria destes povos foi colonizada por Portugal e Espanha, principalmente. Ao longo de três séculos de colonização, o modelo econômico implantado na economia da região foi de caráter primário-exportador. Ou seja, as colônias exerciam o papel de exportadora de matérias - primas e de importadora de produtos manufaturados.

A estrutura social dos países da América Latina tem sua origem nos desdobramentos das formas que tomaram as conquistas espanhola e portuguesa e nas instituições que esses povos implantaram no sentido de criar uma base econômica com capacidade de valorização e incorporação de novas terras à economia das metrópoles.

Este processo apresentou duas formas principais: povoamento e exploração. Portugal e Espanha assumiram a dianteira da colonização. O tipo de colonização desenvolvida por Portugal caracterizava-se marcadamente pela exploração, assentada na tríade (latifúndio, monocultura e trabalho escravo).

Neste contexto, a política espanhola estava orientada para transformar a colônia em sistemas econômicos produtores de um excedente líquido, no caso, metais preciosos, que se transferia regularmente para a metrópole.

Ao tratar da estrutura colonial, Novais (1996) enfatiza que nem toda colonização se processa no quadro do Antigo Sistema Colonial. Segundo este autor, a colonização é um fenômeno mais geral que se espalha por toda parte da esfera terrestre, através da ocupação, povoamento e valorização de outras regiões. A colonização se dá nas mais diversas situações históricas, desdobrando-se em formações sociais específicas. Mas no caso da América Latina prevaleceu a colonização por exploração e tais processos específicos apresentaram-se atravessados por um sentido único: a acumulação primitiva de riqueza para as metrópoles através da expropriação do excedente gerado nas colônias. Portanto, a gênese das formações social hoje existente na América Latina apresenta-se sempre travejada pelo uso da violência e da exclusão social para a apropriação de trabalho não pago.

Vimos ainda no capítulo seguinte que durante mais de três séculos de dominação européia através do Antigo Sistema Colonial, as estruturas e dinâmica das economias da América Latina estiveram sempre sujeitas ao monopólio bilateral imposto pelas metrópoles ampliando e reproduzindo no tempo, sob diferentes formas, os processos de apropriação do excedente econômico com profundos traços de exclusão social dos povos colonizados.

A ruptura do Antigo Sistema Colonial e emergência dos estados nações na América Latina no século XIX foram gestados no ventre da I Revolução Industrial, repondo os laços de dependência, agora em relação a Inglaterra.

No período moderno, sobretudo, o processo de colonização assume um caráter específico que se manifesta nas relações sociais, marcados pela política mercantilista colonialista. Noutras palavras, é o sistema colonial do mercantilismo que deu sentido à colonização europeia e através dela foram conquistadas, povoadas e "colonizadas" economicamente as terras das Américas.

É interessante observar mais uma vez que o processo de colonização tinha como estatuto econômico a política mercantilista. De acordo com essa política, a riqueza gerava-se na esfera da circulação das mercadorias e adotando como pressuposto para o seu funcionamento uma balança comercial favorável.

Analisando tempos mais recentes procurou-se demonstrar, no capítulo II que o fenômeno da globalização e regionalização guardam uma relação muito próxima com a exclusão social. Esses dois processos se manifestam por quase toda parte do mundo, gerando uma interdependência entre as economias, modificando as relações sociais de produção. Isso conduziu a um aumento da velocidade de concentração e centralização do capital, na esfera produtiva e, principalmente, na financeira, além de propiciar uma variedade de impactos sociais negativos.

As tendências apontam no cenário global para uma intensificação da exclusão social, também no âmbito regional do Mercosul. Apesar da

exclusão social ser anterior a integração regional, percebe-se a sua intensificação no quadro atual de mudanças do capitalismo global.

O processo de globalização da economia contém no seu interior a síndrome da desigualdade social que se manifesta nos seus diversos níveis, de concentração de renda e conseqüentemente da riqueza.

Fica bastante claro que as tendências apontam para o aumento da exclusão social frente aos processos de globalização e integração regional. Os impactos mais fortes da globalização ocorrem no mundo de trabalho.

Na realidade, o desenvolvimento do capital é de forma desigual, combinada e contraditória, expandindo-se sem fronteiras, atravessando diversas culturas, cujo motor principal é a combinação dos processos de concentração e centralização dos capitais para assim concretizar o que chamamos de globalização.

O modo de produção capitalista é um processo civilizatório que influencia todas as formas de produção com as quais entra em contato. Portanto, esse modo de produção configura-se como uma forma dos homens produzirem a sua existência que nasce, desenvolve-se e generaliza-se, atravessando as crises, realizando-se por ciclos de curta, média e longa duração, e transformando-se continuamente. Tanto cria e recria algumas de suas determinações estruturais, como se transforma crescentemente.

Neste mesmo sentido, reafirmamos mais uma vez que o capitalismo é movido pela dinâmica de suas contradições imanentes. Ou seja, é alimentado pela força de suas contradições. A mais evidente é a dialética da concentração versus fragmentação. Por um lado, uma grande quantidade de

investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos, beneficiando os líderes das principais cadeias de produção, representado por algumas empresas. Simultaneamente, esse processo radical em busca de eficiência e conquista de mercados força a criação de uma onda de fragmentação, terceirizações, franquias e informalização que abre espaço para uma grande quantidade de empresas menores que alimentam a cadeia produtiva com custos mais baixos. (DUPAS, 1999:39-40).

Nessa mesma perspectiva aponta-se outra contradição a dialética da exclusão versus inclusão. À medida que exclui progressivamente postos formais do mercado de trabalho, o processo de globalização estimula a flexibilização e incorpora-a como parte de sua lógica. Enquanto, seleciona, reduz, qualifica e, portanto, exclui no topo, a nova lógica das cadeias inclui na medida em que o processo de produção global opera ganhos contínuos nos produtos mundiais, reduzindo seu preço e melhorando sua qualidade, acaba incluindo novos segmentos de mercado à sua cadeia. (DUPAS, 1999:39-41).

Em decorrência do que foi descrito acima, observa-se a perda do dinamismo da classe operária, a função do sindicalismo em garantir os empregos dos seus associados não está sendo cumprida. No nível político, há uma completa ausência de projetos capazes de fazer face à situação e de mobilizar segmentos da sociedade com condições objetivas para alterar o ritmo e a intensidade das transformações criando uma espécie de vácuo na própria democracia. Por último, no plano cultural, o trabalho enquanto alicerce constitutivo das identidades individuais e coletivas até o momento, passa a ser questionado enquanto categoria fundante na produção da

reprodução dos homens, deixando indivíduos isolados e sem condições de reproduzir a sua existência.

É neste contexto de transformações que emerge a categoria dos 'novos excluídos'. O termo designa, em seu sentido forte, o surgimento de contingentes populacionais 'desnecessários', do ponto de vista da produção, circulação e consumo das mercadorias de alta tecnologia, criados pelo crescente desemprego estrutural. (Nascimento, 1994 e 1995, apud Fontes, 1995:104).

Aqueles que são excluídos economicamente são incluídos politicamente, ou seja, têm poder de voto e podem exercê-lo. Sendo assim, aqueles que vêem seus espaços políticos se esgarçando se sentem e são considerados perfeitamente excluídos. Mesmo onde existe democracia, as leis de mercado são um imperativo, rompendo todas as fronteiras dos direitos sociais e impondo políticas econômicas extremamente excludentes (como foi o caso dos planos de ajuste e reestruturação econômicos, impostos pelo FMI e demais organismos internacionais para os países periféricos na década de 1980), os quais analisamos seus impactos na América Latina tomando o Brasil com exemplo no capítulo II.

Na década de 1980 a América Latina passa a enfrentar uma crise violenta, fazendo surgir uma grande preocupação em torno do surgimento de uma nova dimensão do problema. A história começa a tomar outros rumos à partir do momento em que não se acredita mais na integração dos pobres ao mercado de trabalho, através da expansão do setor industrial, ou pelo fortalecimento e crescimento dos movimentos populares.

Entre os fatores que limitam a governabilidade e o fortalecimento da equidade destacam-se a exclusão e o acesso desigual a bens e serviços sociais, a crescente perda de credibilidade do sistema político, a necessidade de uma reforma do Estado, perda da capacidade mobilizadora e articuladora dos partidos políticos.

No campo político, entre os problemas que mais inquietam a opinião pública destaca-se: o desemprego, a degradação ambiental, a pobreza, a corrupção e a delinquência.

Nesta perspectiva, priorizamos ao longo da pesquisa a análise sobre o desemprego, uma vez que este se converte, frente às transformações recentes, uma das faces mais expressivas da exclusão social. Na América Latina a discussão sobre o desemprego, problema que atinge o mundo inteiro atualmente, parece propagar-se com veemência, colocando-se como um grande desafio. A falta do emprego penaliza largos segmentos sociais tanto nos países ditos desenvolvidos como para aqueles em desenvolvimento.

No caso brasileiro, parece-nos que a população de baixa renda é a que mais necessita do emprego formal. Não é duvidoso, entretanto, que o desemprego atinja esse segmento social que há muito vem sobrevivendo da atividade informal. Dessa forma, tudo indica que o desemprego esteja contribuindo para o aumento da pobreza em diversos níveis.

Em termos potenciais, essa parcela de pobres é candidata ao emprego formal. Sendo assim, frente à ausência de emprego, o que esses pobres necessitam é de ocupação para assim poderem garantir a sua reprodução. Na verdade, na maioria das vezes a falta de ocupação é chamada de desemprego. Essa generalização obscurece o entendimento dessa categoria.



Porque está implícita nessa generalização que a única forma de se ganhar a vida é vender a força de trabalho ao capital.

Em praticamente todas as economias do mundo, uma minoria social privilegiada acumulou grande riqueza em prejuízo da grande maioria da humanidade. A nova ordem financeira mundial é alimentada pela pobreza humana e pela degradação ambiental. Essa ordem criou um "*Apartheid Social*", estimulou o racismo e os conflitos étnicos. Além disso, as reformas que vêm sendo aplicadas estão resultando na globalização da pobreza e no aniquilamento da subsistência humana em quase toda a esfera planetária e, em particular na África.

Em síntese, as condições sociais que estão postas pela sociedade contemporânea tem provocado o aprofundamento das diversas formas de exclusão social, conforme foi analisado anteriormente. As evidências apontam para uma completa desintegração e conseqüentemente para uma degeneração do tecido social. Para fazer face ao quadro que está posto, é necessário uma interação do Estado com outros atores sociais, no sentido de dar uma resposta as diversas demandas da sociedade. Além disso, o Estado isoladamente tem sido incapaz de elaborar políticas compensatórias para amenizar os efeitos da exclusão social.

Neste contexto de ausência do Estado associado à crescente internacionalização do capital, este por sua vez, passa a ter lógicas autônomas em relação às decisões dos estados nacionais, tornando o espaço para a implantação das políticas públicas muito restritas. "*O processo de globalização, constrange o poder dos estados nacionais, restringindo sua capacidade de operar seus principais instrumentos discricionários*". (Dupas, 1999:14).

Na atualidade, as estruturas das empresas verticalizadas outrora existente foram quebradas, cedendo espaço para a fragmentação do processo produtivo e a sua conseqüente dispersão por vários países, através das filiais ou de subcontratados. Sendo assim, tem-se um produto global de maior valor agregado, devido ao maior aproveitamento das vantagens comparativas de cada país. Essa é a forma como atuam as empresas transnacionais.

No entanto, essas empresas atingem um mercado consumidor global utilizando mão-de-obra, tecnologia e matérias-primas existentes em toda a esfera mundial de forma mais eficiente possível. É importante deixar claro, que ao contrário das multinacionais, que na maioria das vezes tendiam a reproduzir suas relações de trabalho nas matrizes, as transnacionais, além de produzirem várias partes do produto em vários países, o fazem sob contratos de trabalho distintos. Da forma mais conveniente, utilizando mão-de-obra familiar; contratam trabalhadores dentro dos padrões convencionais com estabilidade, benefícios e garantias. Existem casos em que as empresas preferem contratar mão-de-obra em tempo parcial, com contratos precários ou terceirizando grande parte de sua produção, dessa forma transferem para terceiros suas responsabilidades, principalmente, trabalhista.

As transformações recentes nos remetem à busca da construção de uma visão integrada, procurando uma saída para nosso tempo. Conduzindo-nos a encontrar estratégias de amenização da exclusão social, em três níveis: exclusão do mercado consumidor (renda); exclusão do mercado de trabalho (desemprego e precarização das relações de trabalho) e finalmente exclusão da qualidade de vida.

As conclusões aqui expostas assumem um caráter parcial, uma vez que não se pretendeu encerrar a discussão da temática abordada nesta dissertação. O propósito da pesquisa foi trazer à tona a discussão da exclusão social na América Latina, consciente da complexidade da temática, pretende-se em momentos posteriores desdobrar algumas questões que escaparam do seu objetivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. "**Reflexão sobre Integração Latino-Americana**". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. v. 30, nº.117-118, 1º semestre, p. 9-26.
- ALGORTA PLA, J. "**Efeitos setoriais da criação do Mercosul**". In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. v. 21, nº 4, p. 235-47.,
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 1995.
- BANCO MUNDIAL (1995). **Avaliação da Pobreza no Brasil, volume 1, Relatório Principal. Divisão de Recursos Humanos, Região da América Latina e Caribe.**
- BARBOSA, R. A. "**Liberalização do comércio, integração regional e mercado comum do sul: o papel do Brasil**". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1993. v. 13, nº 1, Ed. jan./mar., p. 64-81.
- BARSOITI, P. e PERICÁS, L. B (Orgs.). **Padrões de Dominação Externa na América Latina**. In: *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo, Ed. Xamã, 1998, p. 95-112.
- BAUMANN, R. (Org.). "**Uma Visão Econômica da Globalização**". In: *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. P.33-51.
- BAUMANN, R. & LERDA, J. C. (orgs). "**Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**", São Paulo, Ed. Marco Zero. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. 279p.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. e Coutinho, Renata (orgs). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- BORDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, Eliana A. e FISHLOW, Albert. **Macroeconomia da Dívida Externa**. São Paulo: Brasiliense. 1989.

CARDOSO, F. H. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

CANO, Wilson. **Desenvolvimentismo e Neoliberalismo**. In: *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, São Paulo, Petrópolis, Vozes: 1999.

CEPAL. **Tendências econômicas e sociais na América Latina e no Caribe**. Rio de Janeiro: Cepal/IBGE/CORECON, 1996.

———. **Panorama Social da América latina**. Publicado pela Nações Unidas, Santiago do Chile, abril, 1999.

———. **Estudio Económico de América Latina El Caribe**. Publicado pela Nações Unidas, Santiago do Chile, 1999.

CHOMSKY, N. **Ano 501 A Conquista Continua**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: Impactos da Reforma do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DONGHI, H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 257-315.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **"O Socialismo na Época do Globalismo"**. In: *Anais do XXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia- ALAS*, São Paulo, 1997. 31/Ago a 5/Set . (Mimeo).

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LEIS, Héctor Ricardo. **Globalização e Democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n. 28, Anpocs, janeiro, 1995.

LONDOÑO, Juan Luis. **Pobreza, desigualdad y formación de capital humano em América Latina, 1995-2025**. Estudios del Banco Mundial sobre América Latina e Caribe, Washington:1996.

LUNA, Jucelino Pereira. **O Mercosul no Contexto da Globalização e seus Impactos Sociais nas Economias Periféricas**. Campina Grande: UFPB/Campus II, 1996. (Monografia, Graduação em Economia).

MACADAR, B. M. de. **A integração latino-americana da ALALC ao MERCOSUL**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1992. 151p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)

\_\_\_\_\_. et all. **"O acordo do GATT, o mercado de câmbio, os movimentos de bens de capitais e o Mercosul"**. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 21, n. 4, jan. 1994, p. 99-126.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Editora Abril, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Longo Amanhecer: Reflexões Sobre a Formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Prefácio a Nova Economia Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GALVÃO, O. J. de A. "Globalização e Regionalização do Comércio Internacional: Impactos sobre o Brasil e o Nordeste". *In: Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1996.v. 27, n.º 3, julho/setembro, p. 375-414.

GONÇALVES, R. **Ô ABRE-ALAS. A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HIRST, P., G. **Globalização em questão.** Rio de Janeiro, 1998.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

IANNI, O. **A era do Globalismo.** 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Sociologia.** 4. ed. São Paulo, Editora Ática, 1989, pp. 125-236.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo.** Paz e Terra, São Paulo, 1999.

FEIJÓO, J. V. Liberalismo Económico, Apariencias y Realidades. **In: Crítica del Modelo Neoliberal, Universidade Nacional Autónoma do México, Faculdade de Economia, México, 1991.**

FIORI, J. I. (Org). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FONTES, Virginia. **Sobre a Exclusão Social: Alguns Desafios Contemporâneos.** *In: Caderno do CRH.*, Salvador, nº 23. Pag. 98-109, jul/dez. 1995.

FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 3-57.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1991.

\_\_\_\_\_. **"Manifesto dos Periféricos".** *In: Mercosul: Sinopses Estatística.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. v.1.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.



MANTEGA, G. **"A Economia Política Brasileira"**. Petrópoles, 8.ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1995, pp. 23-131.

MARX, Karl. **Contribuição À Crítica da Economia Política**. 2ª ed., São Paulo, Martins Editora, 1983.

MARX, Karl. **O Capital. O processo de produção do capital**. Livro I, volumes I e II. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Capital. O processo de circulação do capital**. Livro II, Volume III. 6ª edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Capital. O processo global de produção capitalista**. Livro III, Volumes IV, V, VI. 6ª edição, Rio de JANEIRO, Editora Bertrand Brasil, 1991.

MELLO, J.M.C. **A Contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: Um prólogo em homenagem a Celso Furtado**. In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L (Orgs.). *Poder e Dinheiro- Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis; Vozes, pp. 279-345, 1997.

MONTOYA & GUILHOTO. **Os caminhos da Integração Econômica na América Latina e seus Novos Desafios**. USP, 1997.

NOGUEIRA BATISTA, P. J. **A ideologia da globalização**. In: *Revista Princípios*, ago/set/out/1997, pp. 6-15.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec. 1995.

- OLIVEIRA, F. **Vanguarda do Atraso e Atraso da Vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina.** In: *XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia- ALAS*, São Paulo, 31/Ago a 5/Set 1997.
- PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina.** São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- PRADO, L.C.D. **A Economia Política da Integração e a experiência do Mercosul.** UFRJ/ texto para discussão n. 329, jun. 1995. Editora, 1970, pp. 9-51.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. **Integração das Américas.** Edição Especial, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Instituto Brasileiro de Economia, maio/1997.
- ROCHA, S. **Opções Metodológicas para Estimação de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil.** In: *XXVII Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, Belém- Pará, vol. 3, 07 a 10 de dezembro, 1999, p. 1547-1562.
- ROSENTHAL, G. **Treinta Años de Integração En America Latina: Un Examen Critico.** Montevideo: ALADI. Secretaria General, 14-15 de agosto, 1990.
- SARTI, F.; FURTADO, J. **"Competitividade e assimetrias nos países do Mercosul".** In: *Revista Indicadores de Qualidade e Produtividade.* Rio de janeiro, v. 1, nº 2, set. 1993, p. 109-125.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller. 1994.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. 3ª edição, São Paulo: Contexto, 1999.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, Laura. T. R. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TAVARES & MELIN, M. da C. e L. E. "A Desordem Globalizada e a Nova Dependência". In: *Revista da ANPEC*, n.º 2, agosto de 1997, p. 9-30.

\_\_\_\_\_. Pós-escrito 1997: "A reafirmação da hegemonia norte-americana". In: *Poder e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 55-85.

\_\_\_\_\_. **Da Substituição de importações ao Capitalismo Financeiro**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

TEIXEIRA, S. M.; DELGADO, F. C. "Cenários no mercado agrícola internacional: uma simulação de medidas do GATT e da PAC pela CEE e implicações para o Brasil e o Mercosul". In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 31, n.º 1, jan./mar. 1993, p. 45-64.

THERBORN, Goran. **A Crise e o Futuro do Capitalismo**. In: *SADER. Emir, GENTILI, Pablo (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

#### **Outras Fontes Bibliográficas**

ALADE. World Wide Web: <http://www.alade.org/>

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadísticas e censos. World Wide web:  
[http:// www.indec.mecom.ar/default.htm/](http://www.indec.mecom.ar/default.htm/).

BRASIL. Ministério da Industria, Comércio e tecnologia. World Wide:  
<http://www.mre.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil. World Wide Web: <http://www.bcb.br>.

CEPAL. World Web Wide: <http://www.eclac.cl/>.

Folha de São Paulo, várias edições.

IBGE. Mercosul; Sinopse Estatística. Rio de Janeiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992.

Revista Fronteiras. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina- CEDEPAL, ano III n° 06 Abril de 1999.

ROSENTHAL, G. El Regionalismo Abierto de la Cepal. Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília: MRE, n.º 14, Jul./Set. 1994.

Ministério das Relações Exteriores. Boletim de Diplomacia Econômica. Brasília, várias edições.

OMC (Organização Mundial do Comércio). World Wide Web:  
<http://www.wto.org/>

UNCTAD. World Wide Web: <http://www.unctad.org/>

# **ANEXOS**

# ANEXO 1

**QUADRO IV**  
**América Latina e Caribe: Desemprego urbano, 1991-1997**  
*(Taxas médias anuais)*

Países		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<i>Total América Latina</i>		5.8	6.2	6.2	6.3	7.2	7.7	7.5
Argentina,	Zonas urbanas	6.5	7.0	9.6	11.5	17.5	17.2	14.9
Barbados	Total nacional	17.2	23.0	24.3	21.9	19.7	16.4	14.0
Bolívia	Capitais	5.8	5.4	5.8	3.1	3.6	4.2	--
Brasil	Seis zonas metropolitanas	4.8	5.8	5.4	5.1	4.6	5.4	5.8
Chile	Região metropolitana	9.3	7.0	6.2	8.3	7.4	7.0	7.5
Colômbia b/	Sete zonas metropolitanas	10.2	10.2	8.6	8.9	8.8	11.2	12.6
Costa Rica a/	Total urbano	5.0	4.3	4.0	4.3	5.7	6.6	6.1
Cuba	Total urbano	7.7	6.1	6.2	6.7	7.9	6.0	6.5
Equador	Total urbano	8.5-	8.9	8.9	7.8	7.7	10.4	9.3
El Salvador	Total urbano	7.9	8.2	8.1	7.0	7.0	7.5	--
Guatemala c/	Total urbano	4.0	1.5	2.5	3.3	3.7	4.9	--
Honduras	Total urbano	7.4	6.0	7.0	4.0	5.6	6.5	6.4
Jamaica	Total nacional	15.4	15.7	16.3	15.4	16.2	16.0	--
México	Zonas urbanas	2.7	2.8	3.4	3.7	6.2	5.5	3.9
Nicaragua c/	Total nacional	14.2	17.8	21.8	20.7	16.4	14.8	13.9
Panamá b/	Região metropolitana	19.3	17.5	15.6	16.0	16.6	16.7	15.8
Paraguai,	Assunção metropolitana	5.1	5.3	5.1	4.4	5.3	8.2	--
d/								
Peru	Lima metropolitana	5.9	9.4	8.9	8.8	9.3	8.8	9.1
República Dominicana b/	Total nacional	19.2	20.3	19.9	16.0	15.8	16.5	15.9
Trinidad e Tobaco	Total nacional	18.5	19.7	19.8	18.4	17.2	16.3	17.2
Uruguai	Total urbano	8.9	9.0	8.3	9.2	10.3	11.9	11.9
Venezuela	Total urbano	10.1	8.1	6.8	8.9	10.9	12.3	12.8

Fonte: CEPAL (1997a) *Balace preliminar de economia da América Latina e Caribe*, quadro A-4.

a/ Lugares

b/ Compreende desemprego oculto

c/ Estimções oficiais

d/ A partir de 1994 as cifras correspondem ao total urbano

e/ Desde 1995, as cifras correspondem ao desemprego urbano total do primeiro semestre.

## ANEXO 2

### Quadro V

#### AMÉRICA LATINA (14 PAÍSES) : EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES SOCIO-ECONÔMICOS (1990 - 1995)

País	Ano	PIB por habitante (em dólares 1990)	Ingreso por habitante (em dólares de 1990) a/	Desemprego urbano (Porcentaje)	Variação média mensal do índice de preços al consumidor	Variaciones porcentuales			
						Períodos	PIB por habitante	Ingreso por habitante a/	Salario mínimo urbano
<b>Argentina</b>									
	1990	4371	4266	7.5	30.0	1990-1995	21.2	24.1	252.0
	1992	5038	4989	7.0	1.9	1990-1992	15.3	16.9	103.7
	1994	5606	5588	11.5	0.3	1992-1994	11.3	12.0	78.6
	1995	5296	5296	17.5	0.3	1994-1995	-5.5	-5.2	-3.3
<b>Bolivia</b>									
	1989	778	754	10.2	1.2	1989-1995	10.1	11.7	67.5
	1992	812	789	5.4	1.0	1989-1992	4.3	4.6	40.6
	1994	847	843	3.1	0.6	1992-1994	4.3	6.9	21.3
	1995	856	842	3.6	0.8	1994-1995	1.1	-0.1	-1.8
<b>Brasil</b>									
	1990	2707	2634	4.3	32.6	1990-1995	4.1	5.4	13.9
	1992	2586	2549	5.8	20.8	1990-1992	-4.5	-3.2	2.5
	1994	2759	2728	5.1	29.4	1992-1994	6.7	7.0	5.4
	1995	2819	2776	4.6	4.3	1994-1995	2.1	1.8	5.5
<b>Chile</b>									
	1990	2320	2196	6.5	2.0	1990-1995	30.2	43.1	30.0
	1992	2656	2572	4.9	1.2	1990-1992	14.5	17.1	14.3
	1994	2836	2776	6.3	0.9	1992-1994	6.8	7.9	8.8
	1995	3021	3142	5.3	0.7	1994-1995	6.5	13.2	4.5

Colômbia									
	1990	1247	1207	10.5	2.2	1990-1995	14.8	22.6	-4.4
	1992	1273	1286	10.2	2.0	1990-1992	2.1	6.5	-5.0
	1994	1375	1407	8.9	1.7	1992-1994	8.1	9.4	1.1
	1995	1431	1480	8.9	1.6	1994-1995	4.1	5.2	-0.4
Costa Rica									
	1990	1881	1845	5.4	1.5	1990-1995	10.2	19.0	-9.0
	1992	1961	1981	4.3	1.7	1990-1992	4.2	7.4	-7.5
	1994	2069	2128	4.3	1.1	1992-1994	5.5	7.4	1.2
	1995	2074	2196	5.7	1.8	1994-1995	0.2	3.2	-2.8
Guatemala									
	1989	831	835	6.1	1.0	1989-1995	7.2	15.1	-64.1
	1992	855	890	5.7	0.8	1989-1992	2.8	6.6	-48.7
	1994	874	922	5.2	1.4	1992-1994	2.2	3.6	-23.4
	1995	891	961	4.3	0.7	1994-1995	2.0	4.2	-8.6
Honduras									
	1990	686	659	7.8	1.8	1990-1995	2.0	8.2	-10.4
	1992	701	667	6.0	0.7	1990-1992	2.1	1.2	8.7
	1994	698	712	4.0	1.7	1992-1994	-0.4	6.7	-12.8
	1995	700	713	4.6	2.2	1994-1995	0.3	0.1	-5.5
México									
	1989	2860	2750	2.9	1.5	1989-1995	-2.4	-2.4	-31.0
	1992	3017	2971	2.8	1.2	1989-1992	5.5	8.0	-18.4
	1994	3038	2980	3.7	0.6	1992-1994	0.7	0.3	-1.4
	1995	2790	2685	6.3	2.5	1994-1995	-8.2	-9.9	-14.2
Panamá									
	1989	2124	1735	20.4	0.0	1989-1995	23.0	36.3	5.9
	1991	2384	2176	19.3	0.2	1989-1991	12.2	25.4	-1.8



	1994	2610	2184	16.0	0.1	1991-1994	9.5	0.4	8.5
	1995	2614	2364	16.2	0.1	1994-1995	0.1	8.2	-0.7
<b>Paraguay</b>									
	1990	1220	1229	6.6	2.7	1990-1995	0.9	2.1	-12.6
	1992	1198	1198	5.3	1.2	1990-1992	-1.8	-2.5	-12.9
	1994	1214	1246	4.4	1.6	1992-1994	1.4	4.0	-1.3
	1995	1231	1255	5.2	1.1	1994-1995	1.4	0.7	1.6
<b>Peru</b>									
	1990	1657	1623	8.3	43.4	1990-1995	21.2	21.1	-36.7
	1992	1628	1591	9.4	4.7	1990-1992	-1.7	-2.0	-32.0
	1994	1896	1850	8.8	1.8	1992-1994	16.5	16.3	-9.0
	1995	2007	1966	7.1	0.9	1994-1995	5.9	6.3	2.3
<b>Uruguay</b>									
	1990	2975	2874	8.5	6.5	1990-1995	16.0	23.6	-38.0
	1992	3272	3262	9.0	4.4	1990-1992	10.0	13.5	-12.6
	1994	3570	3641	9.2	3.1	1992-1994	9.1	11.6	-23.0
	1995	3452	3552	10.3	3.0	1994-1995	-3.3	-2.4	-7.9
<b>Venezuela</b>									
	1990	2495	2440	11.0	2.9	1990-1995	4.3	-6.8	13.3
	1992	2769	2479	8.1	2.2	1990-1992	11.0	1.6	23.3
	1994	2600	2245	8.9	4.0	1992-1994	-6.1	-9.4	-1.9
	1995	2602	2273	10.9	4.0	1994-1995	0.1	1.2	-6.4

Fuente: CEPAL, elaborado sobre la base de información oficial suministrada por los países.

a/ Se refiere al ingreso bruto nacional real por habitante.

### ANEXO 3

#### Quadro VI

#### AMÉRICA LATINA (13 PAÍSES): TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA EM ZONAS URBANAS

PAÍS	ANO	IDADE									
		HOMENS					MULHERES				
		TOTAL	15-24	25-34	35-49	50 ou mais	TOTAL	15-24	25-34	35-49	50 y más
<b>ARGENTINA</b>											
	1980	76	66	98	97	53	32	45	45	41	15
	1986	76	62	97	98	57	37	41	51	48	20
	1992	77	64	96	97	57	39	41	51	55	21
	1994	76	65	98	97	54	41	43	59	56	21
<b>BOLÍVIA</b>											
	1992	75	50	92	97	63	46	35	57	61	33
	1994	75	50	92	98	65	51	37	62	68	37
<b>BRASIL</b>											
	1979	81	75	97	94	60	37	43	44	40	17
	1987	84	80	97	95	59	44	49	53	51	21
	1990	82	78	96	95	58	45	49	56	53	21
	1993	83	77	96	95	60	50	51	60	60	27
<b>COLÔMBIA</b>											
	1980	79	61	96	97	72	42	42	52	46	22
	1986	78	58	94	97	68	44	42	59	50	19
	1992	80	59	97	97	66	50	44	67	61	23
	1994	79	58	96	97	65	48	43	65	59	22
<b>COSTA RICA</b>											
	1981	78	64	93	95	67	34	33	46	40	15

	1988	79	64	96	96	60	39	42	50	44	18
	1992	74	56	95	95	51	37	34	49	50	16
	1994	76	59	95	96	57	40	35	54	52	17
CHILE											
	1987	70	48	93	94	53	32	29	44	42	15
	1992	75	50	95	96	61	37	32	49	48	21
	1994	75	49	94	96	62	38	32	50	50	23
GUATEMALA											
	1986	84	71	97	97	79	41	41	49	47	28
	1989	84	69	97	97	78	43	42	50	49	29
HONDURAS											
	1988	81	64	95	96	73	46	38	57	59	30
	1992	80	62	94	97	76	44	37	56	55	31
	1994	80	64	93	96	74	43	35	54	51	31
MÉXICO											
	1984	76	55	94	94	72	29	25	37	36	21
	1989	76	57	94	94	67	33	30	44	38	18
	1992	79	63	94	95	66	36	34	43	43	19
	1994	80	63	96	95	68	37	33	48	46	21
PANAMÁ											
	1979	76	56	97	98	63	45	40	63	55	20
	1986	73	54	95	98	55	40	33	56	53	17
	1991	74	58	95	96	52	43	37	59	59	18
	1994	79	62	97	97	57	47	39	61	61	20
PARAGUAY											
	1983	81	66	97	97	66	43	41	57	53	26
	1986	83	63	97	98	70	52	55	62	62	29
	1992	83	72	98	98	70	51	52	62	63	29

	1994	86	75	99	98	71	55	55	66	65	32
URUGUAY											
	1981	75	74	98	97	50	37	43	57	51	18
	1986	75	70	97	98	54	42	45	68	61	21
	1992	74	69	97	98	52	46	48	71	70	23
	1994	75	72	97	97	52	47	52	74	70	23
VENEZUELA											
	1981	79	58	96	98	75	31	26	42	40	15
	1986	79	58	96	97	74	35	26	49	47	16
	1992	80	58	95	97	71	39	28	53	53	23
	1994	78	57	94	97	68	38	25	52	52	20

Fuente: CEPAL sobre la base de tabulaciones especiales de encuestas de hogares de los respectivos países.

# ANEXO 4

## Quadro VII

### AMÉRICA LATINA (13 PAÍSES) : INGRESOS MÉDIOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA SEGUNDO INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO (1980 - 1994)

(Em múltiplos das respectivas linhas de pobreza per cápita)

#### ZONAS URBANAS

País	Ano	Total	Empregadores	Asalariados						Trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados	
				Total	Setor público	Sector privado				Total b/	Não profissionais nem técnicos
						Total a/	Profissionais e técnicos	Não profissionais nem técnicos			
								Em estabelecimentos de mais de 5 pessoas	Em estabelecimentos de menos de 5 personas		
<b>Argentina (Grande Buenos Aires)</b>											
	1980	8.1	19.3	6.6	-	6.6	12.6	6.5	4.9	9.6	8.7
	1986	7.5	19.9	6.4	-	6.4	11.5	6.4	4.6	8.0	7.0
	1990	6.4	20.6	4.7	-	4.7	9.4	4.5	3.6	7.9	7.2
	1992	7.9	23.7	6.0	-	6.0	-	-	-	9.9	-
	1994	8.6	28.3	6.5	-	6.5	-	-	-	10.8	-
<b>Bolívia</b>											
	1989	4.1	16.1	3.6	4.1	3.4	7.6	3.9	2.7	4.1	3.9
	1992	4.3	13.4	3.8	4.9	3.4	7.2	3.6	2.9	3.6	3.3
	1994	3.8	11.4	3.5	4.3	3.3	7.2	3.7	2.3	2.7	2.5
<b>Brasil c/</b>											
	1979	5.6	21.8	4.6	-	4.6	9.0	5.0	3.1	5.8	5.2
	1987	5.2	22.2	4.3	-	4.3	7.7	4.9	2.7	5.5	4.9

	1990	4.4	15.5	3.8	-	3.8	7.0	4.0	2.8	3.7	3.3
	1993	3.9	14.3	3.7	-	3.7	7.5	4.1	2.4	3.1	2.7
<b>Chile d/</b>											
	1990	4.6	24.4	3.8	-	3.8	6.6	3.5	-	5.1	4.7
	1992	5.3	29.5	4.2	-	4.2	7.9	3.5	2.7	5.8	5.3
	1994	5.9	36.1	4.5	-	4.5	8.4	4.0	3.0	6.1	5.4
<b>Colombia (8 cidades principais)</b>											
	1980	4.0	17.1	3.1	4.8	2.8	7.1	2.5	-	4.3	3.7
	1986	4.1	12.1	3.3	5.1	2.9	5.6	2.8	-	4.8	4.4
	1990	3.9	11.7	3.3	5.1	3.0	6.7	2.6	-	4.4	3.7
	1992	3.4	11.1	2.9	4.6	2.7	6.2	2.3	-	3.5	3.1
	1994 e/	3.8	13.1	3.4	5.5	3.1	7.9	2.6	-	3.4	3.0
<b>Costa Rica</b>											
	1981	6.6	13.1	6.3	8.9	4.6	7.6	5.1	3.5	7.3	6.9
	1988	5.4	8.9	5.1	6.8	4.2	6.6	4.5	3.0	5.4	5.1
	1990	5.2	6.8	5.4	7.3	4.4	7.2	4.6	3.3	3.7	3.5
	1992	5.1	10.0	5.0	6.9	4.1	7.5	4.0	3.1	4.3	3.9
	1994	5.7	10.8	5.5	7.9	4.5	8.2	4.4	3.6	4.4	4.0
<b>Guatemala</b>											
	1986	3.1	10.6	2.9	4.6	2.5	3.9	3.2	1.6	2.4	2.2
	1989	3.5	18.1	3.1	4.8	2.5	3.1	3.2	1.7	3.2	3.0
<b>Honduras</b>											
	1990	2.8	16.8	3.1	4.9	2.5	6.5	2.7	1.6	1.7	1.6
	1992	2.4	8.6	2.4	3.5	2.1	4.8	2.1	1.4	1.9	1.6
	1994	2.3	7.4	2.2	3.4	2.0	4.5	1.9	1.3	1.7	1.6
<b>México f/</b>											
	1984	4.8	14.8	4.7	-	4.7	7.0	4.6	-	4.2	4.1
	1989	4.4	21.6	3.5	-	3.5	5.5	3.4	-	4.8	4.4

## ANEXO 5

### Quadro VIII

#### AMÉRICA LATINA (14 PAÍSES): MAGNITUDE DA POBREZA E INDIGÊNCIA

(Porcentagens)

País	Ano	lugares abaixo da linha de pobreza a/					lugares abaixo da linha de indigência				
		Total país	Urbano			Rural	Total país	Urbano			Rural
			Total	Área metropolitana	Resto urbano			Total	Área metropolitana	Resto urbano	
<b>Argentina</b>											
	1980	9	7	5	9	16	2	2	1	2	4
	1986	13	12	9	15	17	4	3	3	4	6
	1990	-	-	16	-	-	-	-	4	-	-
	1992	-	-	10	-	-	-	-	1	-	-
	1994	-	12	10	16	-	-	2	2	3	-
<b>Bolívia</b>											
	1989	-	49	-	-	-	-	22	-	-	-
	1992	-	45	-	-	-	-	18	-	-	-
	1994	-	41	-	-	-	-	14	-	-	-
<b>Brasil</b>											
	1979	39	30	21 b/	34	62	17	10	6 b/	12	35
	1987	40	34	24 b/	37	60	18	13	8 b/	16	34
	1990	42	37	28 b/	41	55	19	16	9 b/	19	30
	1993	41	39	31 b/	41	51	19	16	11 b/	18	30
<b>Chile c/</b>											
	1987	39	38	33	41	45	14	14	11	15	17
	1990	33	33	28	37	34	11	10	8	11	12
	1992	28	28	21	31	28	7	7	5	8	8
	1994	24	24	17	27	26	7	6	4	7	8

Colômbia											
	1980	39	36	30	37	45	16	13	10	14	22
	1986	38	36	31	37	42	17	15	11	16	22
	1990	-	35	-	-	-	-	12	-	-	-
	1992	-	38	-	-	-	-	15	-	-	-
	1993 d/	49	42	39	43	60	27	17	15	18	40
	1994 d/	47	41	35	43	57	25	16	12	18	38
Costa Rica											
	1981	22	16	15	17	28	6	5	5	6	8
	1988	25	21	19	22	28	8	6	5	6	10
	1990	24	22	20	25	25	10	7	5	9	12
	1992	25	25	22	29	25	10	8	7	9	12
	1994	21	18	16	21	23	8	6	4	7	10
Guatemala											
	1980	65	41	26	52	79	33	13	5	19	44
	1986	68	54	45	59	75	43	28	20	31	53
	1990	-	-	-	-	72	-	-	-	-	45
Honduras											
	1986	71	53	-	-	81	51	28	-	-	64
	1990	75	65	-	-	84	54	38	-	-	66
	1992	73	66	-	-	79	50	38	-	-	59
	1994	73	70	-	-	76	49	41	-	-	55
México											
	1984	34	28	... e/	... e/	45	11	7	... e/	... e/	20
	1989	39	34	-	-	49	14	9	-	-	23
	1992	36	30	-	-	46	12	7	-	-	20
	1994	36	29	-	-	47	12	6	-	-	20



Panamá											
	1979	36	31	27	42	45	19	14	12	19	27
	1986	34	30	27	41	43	16	13	11	19	22
	1989	38	34	32	42	48	18	15	14	20	25
	1991	36	34	32	40	43	16	14	14	15	21
	1994	30	25	23	35	41	12	9	8	13	20
Paraguay											
	1986	-	-	46	-	-	-	-	16	-	-
	1990	-	-	37	-	-	-	-	10	-	-
	1992	-	-	36	-	-	-	-	13	-	-
Perú											
	1979	46	35	29	41	65	21	12	9	15	37
	1986	52	45	37	53	64	25	16	11	22	39
Uruguay											
	1981	11	9	6	13	21	3	2	1	3	7
	1986	15	14	9	19	23	3	3	2	4	8
	1990	-	12	7	17	-	-	2	1	3	-
	1992	-	8	4	12	-	-	1	1	2	-
	1994	-	6	4	7	-	-	1	1	1	-
Venezuela											
	1981	22	18	12	20	35	7	5	3	6	15
	1986	27	25	16	28	34	9	8	4	9	14
	1990	34	33	25	36	38	12	11	7	12	17
	1992	33	32	21	35	36	11	10	6	12	16
	1994	42	41	21	46	48	15	14	4	16	23
América Latina f/											
	1980	35	25	-	-	54	15	9	-	-	28
	1986	37	30	-	-	53	17	11	-	-	30

	1990	41	36	-	-	56	18	13	-	-	33
	1994	39	34	-	-	55	17	12	-	-	33

Fuente: CEPAL, sobre la base de tabulaciones especiales de encuestas de hogares de los respectivos países.

a/ Pobreza incluye a hogares bajo la línea de indigencia o en extrema pobreza.

b/ Promedio de las cifras correspondientes a Río de Janeiro y Sao Paulo.

c/ Cálculos basados en las encuestas CASEN 1987, 1990, 1992 y 1994. Estimaciones consistentes con nuevas cifras de la cuenta de ingresos y gastos de los hogares aportadas por MIDEPLAN.

d/ A partir de 1993, se amplió la cobertura geográfica de la encuesta hasta abarcar prácticamente la totalidad de la población urbana del país y la población rural. Hasta 1992, la encuesta cubría alrededor de la mitad de la población urbana.

e/ El tamaño de la muestra no es lo suficientemente grande como para efectuar estimaciones para el Distrito Federal.

f/ Estimación para 19 países de la región.

## ANEXO 6

**TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA MUNDIAL (1993)**

	População (em milhões meados de 93)	Divisão da população mundial	Renda per capita (em US\$)	Renda to tal (em bi lhões US\$)	Divisão da renda mundial
<b>Renda baixa</b>					
Terceiro Mundo	3.077,8	56,0	379	1.166,5	4,9
África					
Subsaariana	599,0	10,9	520	311,5	1,3
Ásia meridional	1.194,4	21,7	310	370,3	1,5
China	1.178,4	21,4	490	577,4	2,4
<b>Renda Média</b>					
Terceiro Mundo	1.218,9	22,2	2.397	2.921,7	12,2
<b>Total</b>					
Terceiro Mundo	4.296,7	78,1	951	4.088,6	17,1
Leste Europeu e ex-União soviética	392,3	7,1	2.665	1.045,5	4,4
<b>Total países pobres *</b>	4.689,0	85,2	1.095	5.133,7	21,5
Países da OCDE **	812,2	14,7	22.924	18.618,9	77,9
<b>Total dos Países ricos</b>	812,4	14,8	23.090	18.758,3	78,5
<b>Total Mundial</b>	5.501,4	100,0	4.343,0	23.892,0	100,0

Fonte: estimativa com base nos dados de World Bank, *World Development Report*, Washington DC, 1995, p. 162-163.

\* Excluídos os países de baixa renda da ex-União Soviética. O total dos países pobres é a soma do total do Terceiro Mundo, do Leste Europeu e da ex-União Soviética.

\*\* Excluídos; Islândia, México e Turquia.

Nota: As categorias e os pesos diferem das do Banco Mundial; Tajiquistão, Geórgia e Armênia estão incluídos no Leste Europeu e